



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA
**XXXVIII CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DE
POLÍCIA**

Dissertação de Mestrado em Segurança Pública

**Avaliação do Grau de Satisfação dos Polícias da Polícia
de Segurança Pública Relativamente ao Uniforme de
Serviço Operacional**

Tomás Matos Lopes

Aspirante a Oficial de Polícia

Orientador

Professor Doutor Miguel Ângelo Fernandes Carvalho

Lisboa, 8 de maio de 2026



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA
**XXXVIII CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DE
POLÍCIA**

Dissertação de Mestrado em Segurança Pública
**Avaliação do Grau de Satisfação dos Polícias da Polícia
de Segurança Pública Relativamente ao Uniforme de
Serviço Operacional**

Tomás Matos Lopes

Aspirante a Oficial de Polícia

Orientador

Professor Doutor Miguel Ângelo Fernandes Carvalho

Lisboa, 8 de maio de 2026



Estabelecimento de Ensino: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

Curso: XXXVIII CFOP

Orientador: Professor Doutor Miguel Ângelo Fernandes Carvalho

Título: *Avaliação do Grau de Satisfação dos Polícias da Polícia de Segurança Pública Relativamente ao Uniforme de Serviço Operacional*

Autor: Tomás Matos Lopes

Local de Edição: Lisboa

Data de Edição: 08 de maio de 2026

Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna com vista à obtenção do grau de Mestre em Segurança Pública, elaborada sob a orientação do Professor Doutor Miguel Ângelo Fernandes Carvalho.

Epígrafe

Para ser grande, sê inteiro: nada
Teu exagera ou exclui.
Sê todo em cada coisa. Põe quanto és
No mínimo que fazes.
Assim em cada lago a lua toda
Brilha, porque alta vive.
Ricardo Reis, Fernando Pessoa

Agradecimentos

À minha família, pelo apoio, carinho e presença ao longo de todo este percurso. Aos meus pais, por estarem sempre ao meu lado, por me acompanharem em todas as etapas e por serem os meus maiores formadores, enquanto pessoa e enquanto polícia. À minha namorada, pelo amor, paciência e presença constante ao longo desta caminhada.

A Portugal, à Polícia de Segurança Pública e ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, pela confiança que me depositaram para servir o meu país e os meus concidadãos. Assumir a tão nobre missão de ser polícia e de liderar os homens e mulheres da PSP é uma responsabilidade profundamente honrosa, que encaro com a maior humildade, sentido de dever e compromisso.

Ao meu orientador, Professor Doutor Miguel Carvalho, expresso o meu sincero agradecimento pela orientação, disponibilidade e apoio prestado ao longo da realização desta dissertação. As suas sugestões, exigência e contributos foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho e para o meu crescimento académico.

Ao 38.º Curso de Formação de Oficiais de Polícia, pela camaradagem, partilha e companheirismo ao longo destes anos. As dificuldades, aprendizagens e conquistas vividas em conjunto farão sempre parte deste percurso.

À 1.ª Esquadra do Comando Distrital de Braga e à 3.ª Esquadra do Comando Metropolitano de Lisboa, locais onde realizei os meus estágios, deixo o meu sincero agradecimento. Na pessoa dos seus comandantes, agradeço o acolhimento, a disponibilidade e os ensinamentos transmitidos, que muito contribuíram para a minha formação policial.

A todos os que aceitaram participar neste estudo, expresso o meu sincero agradecimento pela disponibilidade e pelo contributo prestado, sem os quais esta investigação não teria sido possível.

A todos, o meu sincero obrigado.

Resumo

O Uniforme de Serviço Operacional constitui uma ferramenta central da atividade policial, reunindo dimensões funcionais, identitárias e institucionais. A presente dissertação teve como objetivo avaliar o grau de satisfação dos polícias da Polícia de Segurança Pública relativamente ao USO. Para tal, desenvolveu-se um estudo quantitativo, através da aplicação de um inquérito por questionário a polícias utilizadores deste uniforme, obtendo-se uma amostra válida de 1101 participantes. Os dados foram analisados através de técnicas de estatística descritiva e inferencial. Os resultados evidenciam uma satisfação global predominantemente desfavorável, associada significativamente às dimensões avaliadas, sobretudo à confiança e sentimento de pertença, à adequação às exigências físicas da atividade policial e ao conforto geral. Identificaram-se ainda fragilidades na numeração e tamanhos, na resistência ao uso e às lavagens e no Barrete Operacional. O estudo contribui para a reflexão institucional sobre a adequação funcional do fardamento policial.

Palavras-chave: Polícia de Segurança Pública; Uniforme de Serviço Operacional; satisfação; fardamento policial; conforto.

Abstract

The Operational Service Uniform (USO) is a central tool in police activity, combining functional, identity-related and institutional dimensions. This dissertation aimed to assess the degree of satisfaction of Polícia de Segurança Pública police officers with the USO. A quantitative study was conducted through a questionnaire applied to police officers who use this uniform, resulting in a valid sample of 1101 participants. Data were analysed using descriptive and inferential statistical techniques. The results show a predominantly unfavourable level of overall satisfaction, significantly associated with the assessed dimensions, particularly confidence and sense of belonging, suitability to the physical demands of police activity, and general comfort. Weaknesses were also identified regarding sizing and fit, resistance to use and washing, and the Operational Cap. This study contributes to institutional reflection on the functional adequacy of police uniforms.

Keywords: Polícia de Segurança Pública; Operational Service Uniform; satisfaction; police uniform; comfort.

Lista de Siglas, Abreviaturas e Acrónimos

PSP	Polícia de Segurança Pública
USO	Uniforme de Serviço Operacional
SPSS	<i>Statistical Package for the Social Sciences</i>
POCF	Plataforma Oficial de Compra de Fardamento
H	Hipótese
PMV	<i>Predicted Mean Vote</i>
PPD	<i>Predicted Percentage of Dissatisfied</i>
NIOSH	<i>National Institute of Occupational Safety and Health</i>
ISO	<i>International Organization for Standardization</i>
FPS	Fator de Proteção Solar

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Caraterização da amostra	38
Tabela 2 – Satisfação global segundo variáveis demográficas	42
Tabela 3 – Satisfação global segundo variáveis profissionais	43
Tabela 4 – Teste de Friedman nas vertentes funcionais	45
Tabela 5 – Avaliação do conforto em geral	45
Tabela 6 – Avaliação da liberdade de movimentos	46
Tabela 7 – Avaliação da resistência ao uso e às lavagens	47
Tabela 8 – Avaliação do ajuste ao corpo	47
Tabela 9 – Avaliação da segurança	48
Tabela 10 – Avaliação da adequação ao clima	49
Tabela 11 – Avaliação de variáveis gerais USO	49
Tabela 12 – Correlação de Pearson	50
Tabela 13 – Avaliação da numeração e tamanhos do USO	52
Tabela 14 – Nível de significância estatística	53
Tabela 15 – Médias da numeração e tamanhos relativamente ao sexo	53
Tabela 16 – Alpha de Cronbach por peças do USO	54
Tabela 17 – Médias da satisfação por artigo do USO	55
Tabela 18 – Utilização dos itens não exclusivos da PSP	56

Índice de Figuras

Figura 1 – Peças Uniforme de Serviço Operacional	8
Figura 2 – Artigos não exclusivos da PSP	9
Figura 3 – Distribuição da Satisfação Geral com o USO	40

Índice

Epígrafe	i
Agradecimentos	ii
Resumo	iii
Abstract.....	iv
Lista de Siglas, Abreviaturas e Acrónimos	v
Índice de Tabelas	vi
Índice de Figuras	vii
Índice	viii
Introdução	1
Capítulo I – Enquadramento Legal.....	4
1.1 Direitos dos Trabalhadores	4
1.2 Fardamento da Polícia de Segurança Pública	5
1.3 Uniforme de Serviço Operacional	6
Capítulo II – Enquadramento Teórico	10
2.1 Vestuário: Papel e Significados	10
2.2 Vestuário Profissional	11
2.3 Fardamento Policial	12
Capítulo III – Aspetos Funcionais do Fardamento	15
3.1 Conforto.....	15
3.1.1 Conforto Sensorial.....	16
3.1.2 Conforto Termofisiológico	18
3.1.3 Conforto Ergonómico	20
3.1.4 Conforto Psico-Estético	23
3.2 Segurança e Proteção	25
3.3 Durabilidade	28

Capítulo IV – Método	30
4.1 Enquadramento Metodológico	30
4.2 Participantes	31
4.3 Instrumento de Recolha de Dados	32
4.4 Instrumento de Análise de Dados	34
4.5 Procedimentos	36
Capítulo V - Apresentação e Discussão de Resultados	38
5.1 Caracterização dos Participantes	38
5.2 Satisfação Global com o Uniforme de Serviço Operacional	40
5.3 Análise das Dimensões Funcionais.....	45
5.4 Numeração e Tamanhos do USO.....	52
5.5 Análise dos Artigos do USO	54
Capítulo VI – Conclusão	58
6.1 Limitações, Recomendações e Investigações Futuras	61
Referências	64
Anexos	77
Apêndices	80

Introdução

A Polícia de Segurança Pública (PSP), segundo a Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto, a Lei Orgânica da Polícia de Segurança Pública, é uma força de segurança uniformizada e armada. Esta circunstância confere ao uniforme uma centralidade no plano institucional, simbólico e funcional. O uniforme policial não constitui um elemento meramente acessório, mas antes estruturante da condição policial, na medida em que materializa a autoridade pública e permite a identificação dos polícias no exercício das suas funções.

O estudo do vestuário, no seu contexto amplo, tem vindo a demonstrar exatamente esta realidade complexa, ultrapassando a sua função elementar de mera cobertura corporal, para assumir também uma função comunicacional, identitária e relacional. Eicher e Roach-Higgins (1992) caracterizam o vestuário como um meio de expressão da identidade, que comunica pertenças, papéis e posições sociais. Enquanto, Entwistle (2015) descreve o ato de vestir como uma prática corporal situada, que apresenta o indivíduo e o posiciona socialmente.

No domínio do vestuário de trabalho, esta questão assume particular interesse, na medida em que este, sendo desenhado para responder às exigências específicas de uma determinada atividade laboral, permite também a identificação da instituição. Para Teixeira et al. (2021), o uniforme profissional constitui a ferramenta de trabalho mais próxima do corpo do trabalhador, que para além de possuir certas propriedades técnicas, também carrega informações simbólicas relevantes para o utilizador e para aqueles com quem interage.

O uniforme policial assume especificidades próprias, sendo que está diretamente associado ao exercício de funções de autoridade pública e, neste sentido, identifica os polícias, legitimando a sua atuação. O uniforme policial participa ativamente na construção da identidade ocupacional da Polícia e na formação de perceções públicas sobre profissionalismo, legitimidade e competência (Rowe et al., 2023; Sargeant & Simpson, 2024).

O fardamento policial, para além de representar a instituição, constitui uma ferramenta de trabalho, que deve estar alinhada com as exigências específicas dos diferentes contextos operacionais, exigências físicas e funcionais da missão policial. Neste plano, assume particular relevância o Uniforme de Serviço Operacional (USO) da Polícia de Segurança Pública.

Previsto na Portaria n.º 422-A/2021, de 27 de setembro, o USO constitui um uniforme utilizado de forma praticamente transversal pelos polícias no exercício das suas funções, quer na atividade operacional, quer em funções de apoio à atividade operacional. A utilização deste é quotidiana e prolongada, abrangendo diferentes contextos de utilização, distintas exigências físicas, múltiplas posturas corporais e variadas condições ambientais.

Neste contexto, os aspetos funcionais do fardamento assumem especial importância. Entre eles, destaca-se desde logo o conforto, reconhecido pela literatura como uma dimensão central na avaliação do vestuário. O conforto deve ser entendido como um conceito multidimensional, que integra componentes sensoriais, termofisiológicas, ergonómicas e psico-estéticas (Broega & Silva, 2010; Li, 2001).

A segurança e proteção constituem igualmente uma função essencial do vestuário, ainda mais em contextos profissionais, na medida em que este deve reduzir, ao máximo possível, a exposição do utilizador a riscos associados à atividade desenvolvida (Li, 2001; Van der Laan, 2016).

A durabilidade é entendida como a capacidade do vestuário conservar as suas propriedades materiais e visuais ao longo do tempo, nomeadamente através da capacidade de resistir ao uso e às lavagens (Fan & Hunter, 2009). Esta vertente é também de elevada importância analisar, uma vez que impacta diretamente na perceção de qualidade e assim, na forma como os polícias se sentem satisfeitos com o mesmo.

Neste contexto, insere-se a presente dissertação de mestrado, subordinada ao tema “Avaliação do grau de satisfação dos polícias da Polícia de Segurança Pública relativamente ao Uniforme de Serviço Operacional”, com a pergunta de investigação: Em que medida os polícias da Polícia de Segurança Pública estão satisfeitos com o Uniforme de Serviço Operacional e quais os fatores que influenciam essa satisfação?

Em coerência com a pergunta de investigação, o objetivo geral do estudo consiste em analisar o grau de satisfação dos polícias da PSP relativamente ao USO. Ao passo que, se pretende compreender como os participantes avaliam as diferentes peças que compõem o uniforme, perceber se os participantes utilizam os artigos não exclusivos da PSP, identificar os aspetos mais valorizados e os mais criticados e analisar em que medida as variáveis que caracterizam a amostra podem influenciar essa avaliação.

A pertinência do presente estudo decorre da centralidade prática do USO, que assume uma função central na atividade policial quotidiana. Analisar o grau de satisfação dos

polícias relativamente ao USO permite não apenas compreender de que modo o fardamento responde às exigências concretas do serviço policial, mas também identificar fragilidades e potencialidades suscetíveis de influenciar as diferentes variáveis analisadas no presente estudo.

O estudo revela-se pertinente do ponto de vista científico, ao aprofundar o conhecimento sobre o fardamento policial, como do ponto de vista institucional, ao fornecer elementos úteis para a reflexão sobre a adequação do uniforme atualmente utilizado pelos polícias da PSP.

A presente dissertação de mestrado organiza-se em seis capítulos, iniciando-se com um primeiro que apresenta o enquadramento legal e normativo do fardamento policial, mais concretamente do USO. Um segundo capítulo, que desenvolve um enquadramento teórico, onde se aborda o vestuário em termos gerais, o vestuário profissional e o fardamento policial. O terceiro capítulo, centrando-se nos aspetos funcionais, com especial atenção ao conforto, segurança e durabilidade. O quarto, que apresenta o método adotado na presente investigação, sendo que o quinto se dedica à apresentação e discussão de resultados e o sexto que expõe as conclusões do presente estudo.

Capítulo I – Enquadramento Legal

1.1 Direitos dos Trabalhadores

O enquadramento legal do vestuário de trabalho, deve iniciar-se pela Constituição da República Portuguesa (1976), enquanto fundamento maior do Estado Português. Apesar da CRP não prever expressamente este tema, consagra um conjunto de princípios e direitos fundamentais, que sustentam juridicamente as condições de trabalho e as exigências nas atividades profissionais.

Esta análise jurídica inicia-se com o artigo 1º da CRP, que consagra aquele que é o principal fundamento do Estado de Direito Democrático, o princípio da dignidade da pessoa humana. Este princípio aplica-se a todo o sistema jurídico e irradia para outras normas como o respeito pela integridade física e moral das pessoas, presentes no artigo 25º da Constituição da República Portuguesa.

No campo dos direitos dos trabalhadores, temos como principal fundamento, o artigo 59º, que no seu nº 1, reconhece aos trabalhadores, o direito a condições de trabalho dignas, seguras e higiénicas, assim como uma organização do trabalho em condições socialmente dignificantes.

A Estratégia Europeia para o Emprego (1997) sublinha a necessidade de gerar emprego de melhor qualidade, valorizando-se aspetos como a segurança, saúde e bem-estar dos trabalhadores, assim como a adaptação das condições laborais à exigência das funções desempenhadas.

Esta preocupação estratégica com os direitos dos trabalhadores, dá origem ao Código do Trabalho (2009), que estabelece o quadro jurídico geral das relações laborais e das condições de trabalho. No seu artigo 127º, nº 1, alínea a) este impõe que a entidade empregadora tem o dever de respeitar e tratar o trabalhador com urbanidade e probidade, norma esta que advém de princípios constitucionais, como o respeito pela dignidade da pessoa humana. Por sua vez, no quadro das condições de trabalho, vemos espelhado no artigo 281º, nº1, o dever do empregador assegurar as condições de segurança e de saúde em todos os aspetos relacionados com o exercício das funções.

A Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, estabelece aquele que é o Regime Jurídico da Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho (2009), que reforça as normas presentes na Constituição da República Portuguesa e no Código de Trabalho, nomeadamente no seu artigo

15º, nº 2, que volta a referir que o empregador tem o dever de assegurar a segurança e a saúde dos trabalhadores, de forma continuada e permanente. Com maior relação com a temática proposta, vemos frisado na alínea g) do mesmo artigo, o princípio da adaptação do trabalho ao trabalhador, que contempla também aquilo que é a escolha dos equipamentos de trabalho adequados para o exercício das funções.

A Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro é a transposição nacional da Diretiva 89/391/CEE, do Conselho (1989), que tutela as medidas destinadas a promover a melhoria da segurança e da saúde dos trabalhadores, a nível da União Europeia. No seu âmbito de aplicação, presente no artigo 2º deste diploma, observamos que este contempla uma diferenciação à partida entre setores do trabalho. Por um lado, este garante aos trabalhadores vários direitos condizentes com as condições de trabalho em saúde e segurança, por outro refere que em certas atividades da função pública, como é o caso da Polícia, devido às suas particularidades funcionais, não se encontra abrangida por esta diretiva. Para o caso policial, o legislador tutela que, a segurança e a saúde dos trabalhadores devem ser asseguradas, apenas naquela que é a medida do possível, tendo por base aquelas que são as exigências funcionais destas instituições.

1.2 Fardamento da Polícia de Segurança Pública

A análise do uniforme policial inicia-se impreterivelmente pela Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto, a Lei Orgânica da Polícia de Segurança Pública (2007). Nos termos do artigo 1º deste diploma legal, a PSP é definida como uma força de segurança uniformizada e armada, o que confere ao uniforme um estatuto jurídico estruturante da própria identidade institucional da PSP. Esta norma implica a utilização de uniforme, não como uma mera opção organizacional, mas sim como uma exigência associada à natureza da condição policial.

O Decreto-Lei n.º 243/2015, de 19 de outubro, que aprova o Estatuto Profissional do Pessoal com Funções Policiais da Polícia de Segurança Pública (2015), enquadra aquilo que são os direitos, deveres e responsabilidades relacionados com o exercício das funções policiais. A utilização do uniforme policial surge associada aos deveres funcionais e à imagem institucional da polícia e integra aquilo que são as exigências funcionais dos polícias da Polícia de Segurança Pública.

O Estatuto Disciplinar da Polícia de Segurança Pública (2019), Lei nº 37/2019, de 30 de maio, também prevê algumas normas relativas ao uniforme. No seu artigo 8º são

enumerados os deveres dos polícias, fazendo referência, no nº 2, alínea k), ao dever de aprumo, que pelo artigo 19º, nº 1 determina que os polícias devem “assumir, no serviço e fora dele, princípios, normas, atitudes e comportamentos que expressem, reflitam e reforcem a dignidade da função policial e o prestígio da instituição”. Para o cumprimento deste dever, é exigido ao polícia “tratar da limpeza e conservação dos artigos de fardamento (...)”, segundo o nº 2, alínea d), da mesma Lei.

A Portaria n.º 422-A/2021, de 27 de setembro, que aprova o Regulamento de Uniformes do Pessoal com Funções Policiais da Polícia de Segurança Pública (2021), é o documento oficial, emitido pelo Ministério da Administração Interna que regula as questões do fardamento da PSP, nomeadamente a sua composição, as regras de utilização, de apresentação e conservação.

Neste mesmo sentido, o Regulamento de Uniformes do Pessoal com Funções Policiais da PSP, proíbe a utilização de “peças de vestuário que comprometam a boa aparência e a dignidade que o uniforme deve conferir”, no artigo 2º, nº 6, responsabilizando o polícia de renovar qualquer artigo de fardamento que “não se encontre em condições de apresentação e utilização”, com exceção de “situações de força maior” ou de “dano ocorrido no exercício das funções ou por causa delas” (artigo 7º, nº 8, alínea a) e b)).

Deste enquadramento resulta que o uniforme policial assume uma natureza simultaneamente institucional, funcional e simbólica. Enquanto, por um lado, este identifica o polícia e representa a autoridade da PSP, por outro lado, constitui uma ferramenta de trabalho, que cabe ao profissional garantir a sua correta utilização e estado de conservação.

1.3 Uniforme de Serviço Operacional

O Uniforme de Serviço Operacional, encontra-se previsto na Portaria n.º 422-A/2021, de 27 de setembro. Este, é utilizado no quotidiano do exercício das funções dos polícias da PSP, em todos os Comandos, quer eles sejam Metropolitanos, Regionais ou Distritais, na Unidade Especial de Polícia e até mesmo nos Estabelecimentos de Ensino Policiais.

O uniforme encontra-se em utilização pelos polícias que desempenham funções na área operacional, na área de apoio à atividade operacional e até por alunos dos estabelecimentos de ensino da PSP.

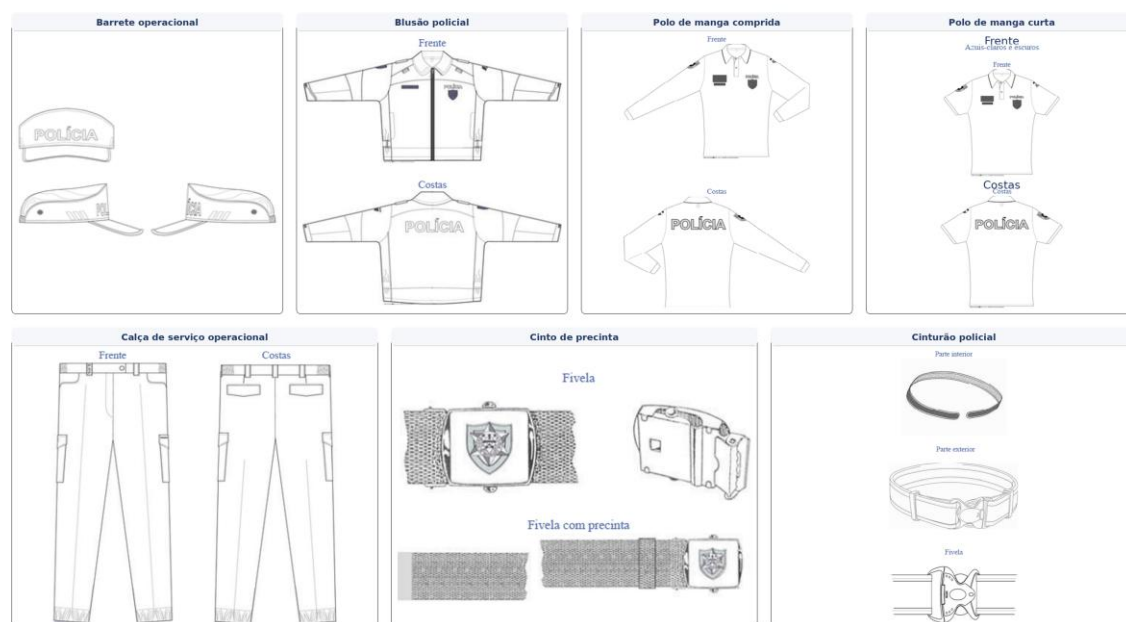
O USO apenas não é utilizado em algumas situações, onde o polícia utilize o traje civil para trabalhar ou qualquer outro uniforme policial, embora sejam situações bastante pontuais, tendo em conta a realidade geral da PSP. Mesmo assim, muitos destes polícias acabam por estar em contacto com este uniforme, em eventos mesmo que esporádicos, por exemplo aquando da realização de serviços em regime de remunerado.

O USO subdivide-se em três tipos diferentes de uniforme, que são determinados superiormente de acordo com as condições climáticas, o Uniforme de Serviço Operacional 1, 2 e 3. A composição de cada um destes uniformes é contemplada no Anexo I da Portaria n.º 422-A/2021, de 27 de setembro, assim como as suas regras de utilização.

No Quadro V encontramos o USO 1, composto pelo barrete operacional, blusão policial, bota policial, calça operacional, cinto de precinta, cinturão policial, peúga preta, polo de manga comprida e opcionalmente, camisola interior ou camisola interior de gola, sob o polo de manga comprida. O USO 1 é utilizado de outubro a maio, salvo havendo uma disposição superior em contrário.

No Quadro VI vemos contemplado o USO 2, composto pelo barrete operacional, bota policial, calça operacional, cinto de precinta, cinturão policial, peúga preta, polo de manga comprida e opcionalmente, camisola interior ou camisola interior de gola sob o polo de manga comprida. O USO 2 é utilizado regra geral na época estival durante os turnos noturnos ou quando for determinado superiormente.

No Quadro VII temos o USO 3, composto pelo barrete operacional, bota policial, calça operacional, cinto de precinta, cinturão policial, peúga preta, polo de manga curta e opcionalmente camisola interior. O USO 3 é utilizado regra geral na época estival durante os turnos diurnos e quando autorizado nos turnos noturnos ou quando for determinado superiormente.

Figura 1*Peças Uniforme de Serviço Operacional*

Fonte: Anexo I da Portaria n.º 422-A/2021, de 27 de setembro.

Para os fins deste estudo será analisado o barrete operacional, o blusão policial, o polo de manga comprida, o polo de manga curta e a calça operacional, sendo artigos bastante suscetíveis de alterar a perceção de satisfação dos polícias.

O artigo 1.º da Portaria n.º 422-A/2021, de 27 de setembro refere que existem artigos não exclusivos da PSP, como o apito, calçado de qualquer natureza, luvas que não ostentem as marcas da PSP e laços, peúgas e meias que não ostentem as marcas da PSP, artigos de vestuário interior e artigos desportivos, com exceção dos artigos específicos da PSP. Por esta mesma razão, relativamente ao USO, os polícias podem utilizar alguns artigos diferentes dos estipulados e distribuídos pela PSP, nomeadamente as botas policiais, as peúgas pretas ou então qualquer tipo de vestuário interior, como a camisola interior ou a camisola interior de gola.

Assim, os polícias utilizam artigos complementares aos constantes nesta Portaria, sendo que é permitido que estes escolham produtos, embora dentro de certas regras, que satisfaçam melhor as suas necessidades pessoais, profissionais ou até mesmo as suas próprias preferências.

Figura 2

Artigos não exclusivos da PSP



Fonte: Anexo I da Portaria n.º 422-A/2021, de 27 de setembro.

Dentro dos artigos não exclusivos da PSP, serão analisados, a bota policial, a camisola interior, a peúga preta e a camisola interior de gola, a fim de perceber se os polícias utilizam estes artigos da PSP ou os substituem por outros pessoais.

Capítulo II – Enquadramento Teórico

2.1 Vestuário: Papel e Significados

O vestuário constitui uma realidade central e básica da vida humana, muitas vezes sendo entendido como uma mera cobertura corporal ou como um mero objeto de natureza estética, mas que na verdade representa uma série de funções muito mais profundas.

Neste sentido, o vestuário, é entendido por Eicher & Roach-Higgins (1992) como um meio de expressão da identidade, contribuindo para uma apresentação social e comunicação de pertenças, papéis e posições sociais.

Na mesma linha, Entwistle (2015) conceptualiza o ato de vestir como uma “prática corporal situada”, através da qual os indivíduos assumem um certo papel social. Segundo a autora, as peças de vestuário não são meramente adornos, mas elementos capazes de produzir significados, enquanto enquadram o corpo humano em códigos sociais partilhados e regulam as interações interpessoais (Entwistle, 2015).

Nos estudos recentes de Hester e Hehman (2023), é alertada a importância do vestuário nas primeiras impressões e o seu impacto em quatro tipos de informação, as categorias sociais, os estados cognitivos, o estatuto e a estética. Esta perspetiva, já na década de 80, era apontada por Davis (1984), que introduzia o impacto do vestuário na formação de primeiras impressões, principalmente em contextos marcados pela brevidade dos encontros e pela limitação de pistas disponíveis.

A relevância do vestuário e a sua capacidade de moldar perspetivas tem vindo a ser sublinhadas ao nível da psicologia social, através de estudos como, por exemplo, os de Lennon et al. (2014), que revelam que para além da capacidade do vestuário moldar a forma como as pessoas são vistas, este também tem a capacidade de moldar o comportamento da pessoa que o utiliza.

Lamb e Kallal (1992) propõem uma perspetiva bastante ampla do vestuário, através da sua análise FEA (*Functional, Expressive, Aesthetic*), segundo a qual o design do vestuário deve responder de forma integrada a exigências funcionais, expressivas e estéticas. Este modelo permite compreender o vestuário como uma realidade multidimensional, cuja avaliação não depende apenas da sua dimensão funcional, como também dos seus significados e da sua configuração visual (Lamb & Kallal, 1992).

No fundo, através deste subcapítulo, chegamos ao entendimento que, o vestuário não apresenta unicamente uma função funcional, como também uma dimensão comunicacional e identitária. Por um lado, este cumpre funções basilares de proteção, adorno e estatuto, e por outro, organiza perceções sociais, comunica significados e participa na construção e reconhecimento de identidades.

2.2 Vestuário Profissional

O vestuário profissional, frequentemente designado na literatura como *workwear*, pode ser entendido como o conjunto de peças de vestuário concebidas para o exercício de uma determinada atividade profissional.

Segundo Teixeira et al. (2021, p. 1),

“em ambiente laboral, a ferramenta de trabalho que está mais próxima ao corpo do trabalhador é o seu uniforme profissional. Esta peça de vestuário carrega consigo, para além das propriedades técnicas, inúmeras informações estético-simbólicas ao usuário, e podem também garantir segurança e confiabilidade às pessoas que se relacionam com a empresa, como clientes e fornecedores.”

Relativamente ao estudo de Miralles-Snow (2019), este tipo de vestuário surge associado à necessidade de vestuário robusto, durável e adaptado às condições de trabalho, principalmente em contexto industrial, onde havia a necessidade de utilizar tecidos resistentes, com cortes amplos, que garantissem funcionalidade. Nesta altura, o vestuário profissional tinha apenas uma dimensão utilitária, que ao longo do século XX, foi progressivamente adquirindo significados simbólicos, identitários e valorativos (Miralles-Snow, 2019).

Na mesma linha, Kertzner (2024) mostra que, no uso contemporâneo mais corrente, o termo continua fortemente associado a atividades como a carpintaria, construção, canalização ou mineração, bem como a uma estética simples, funcional e altamente durável, apesar de, de uma maneira histórica, o vestuário profissional se relacionar a todo o tipo de vestuário utilizado para trabalhar.

Joseph e Alex (1972) apresentam um estudo centrado na compreensão sociológica do significado dos uniformes em contextos institucionais. Para estes, o uniforme funciona como um símbolo estruturante das relações sociais, que atua como marcador da identidade, mecanismo de regulação de comportamentos e veículo de comunicação para com o público. Segundo os mesmos autores a adoção de um uniforme implica a incorporação de normas, valores e expectativas associadas à profissão, que conferem ao utilizador um papel social reconhecido pelas pessoas (Joseph & Alex, 1972).

Por outro lado, outra dimensão fundamental do vestuário profissional, é a sua vertente utilitária. Relativamente a este aspeto, Van der Laan (2016) refere que o vestuário de trabalho bem concebido deve ser funcional, confortável, seguro, durável e de manutenção simples, acrescentando ainda que outro aspeto fundamental é a sua adequação às diferentes idades e tipos de corpo.

Para os uniformes profissionais, torna-se também importante o modelo FEA, de Lamb e Kallal (1992), que analisa o vestuário na sua vertente funcional, expressiva e estética. Neste sentido, Huh (2023) baseando-se neste modelo, desenvolve protótipos de vestuário de trabalho, onde analisa todos os aspetos da modelação, tecidos, cor e detalhes do vestuário:

- Na vertente funcional, este aponta as questões de conforto dos movimentos, da proteção corporal e da melhoria da eficiência do trabalho;
- Na vertente expressiva, o reflexo das preferências do utilizador, a expressão da sua identidade e sentimento de pertença;
- Na vertente estética, a incorporação de elementos de design e a aplicação da moda. (Huh, 2023)

2.3 Fardamento Policial

No contexto policial, o uniforme não constitui um elemento acessório da atividade, mas antes uma componente estrutural da própria profissão. Neste sentido, o fardamento policial surge, como uma expressão material da condição institucional do polícia e como suporte permanente do exercício profissional.

Em termos conceptuais, o uniforme policial pode ser compreendido como uma forma especializada de vestuário de trabalho, desenhada para a missão da Polícia. Joseph e Alex (1972) entendem o uniforme como um dispositivo das organizações complexas, que ajuda a

definir limites, a assegurar conformidade e a certificar legitimidade. Esta conceção é especialmente pertinente no domínio policial, onde o uniforme não representa apenas um trabalhador, mas um polícia investido de autoridade pública.

Tendo em conta esta visão, temos como primeira grande dimensão conceptual do fardamento policial a sua vertente identitária e simbólica. Bourdieu (1991, p. 75) afirma, no seu livro *Language and Symbolic Power*, que “não existe poder simbólico sem simbolismo de poder” utilizando o caso dos uniformes de trabalho para ilustrar a forma como estes podem simbolizar poder, estatuto e identidade. No contexto policial, esta função simbólica do vestuário, torna-se uma realidade ainda mais intensa, pelo que o uniforme materializa aquilo que é a autoridade e poder do Estado (Van der Laan, 2016).

Outra dimensão importante do fardamento policial é a relacional e percetiva do mesmo. O uniforme não apenas identifica, como também é capaz de influenciar a forma como o polícia é percecionado, quer por terceiros, quer por ele próprio. Neste sentido, o estudo de Bell (1982) constitui um marco histórico fundamental para a compreensão deste papel do fardamento, evidenciando que o mesmo é capaz de influenciar as atitudes dos agentes que o utilizam, como também de criar perceções e modificar comportamentos dos cidadãos com quem interagem.

A investigação mais recente, neste sentido, tem sugerido que os uniformes e acessórios usados pelos polícias podem afetar perceções de profissionalismo, autoridade, competência e proximidade, percecionadas pelos cidadãos (Sargeant & Simpson, 2024; Westby et al., 2023). Simpson e Sargeant (2025) têm também revelado que alguns aspetos como a cor, estilo, corte e acessórios, exercem uma influência significativa nas perceções públicas de profissionalismo, acessibilidade, competência, agressividade ou confiança. A título de exemplo, Bell (1982) retrata no seu estudo, uma atitude bastante deteriorada dos cidadãos quando os polícias utilizam uniformes de estilo mais militar ou então mais tradicional.

A existência de estudos como estes tem vindo a contribuir para alterações significativas nos uniformes das Forças de Segurança portuguesas, onde o fardamento se tem vindo a alterar, quer na sua tecnicidade, formalidade ou até na cor do mesmo. Outrora, por exemplo, era utilizado o azul-marinho nos polos policiais e atualmente a cor adotada é o azul-claro pelo significado e imagem que transparece para o cidadão.

É também de elevado relevo, percebermos que o uniforme policial impacta os polícias, seus utilizadores, contribuindo para uma cultura de camaradagem e pertença à instituição (Van der Laan, 2016) e até mesmo para a percepção dos polícias da sua própria legitimidade profissional (Rowe et al., 2023; Sargeant & Simpson, 2024; Westby et al., 2023)

Neste plano, importa ainda considerar o contributo de Rowe et al. (2023), que estudaram o impacto dos uniformes e de artigos policiais, concluindo que estes desempenham um papel simbólico na construção da identidade ocupacional. Segundo estes autores, as propriedades comunicativas desta cultura material contribuem para a forma como os polícias se reconhecem enquanto membros da instituição e representantes visíveis da autoridade policial (Rowe et al., 2023).

Para além disto, importa referir que o fardamento policial se inscreve numa organização formalmente hierarquizada, refletindo assim simbolicamente diferenças de estatuto, autoridade e a própria posição institucional. Neste sentido, a farda exprime valores, tradição, hierarquia e disciplina (Bispo, 2021). Este plano hierárquico é também importante de evidenciar, uma vez que as diferenças entre postos geram também com frequência pequenas nuances no uniforme que estabelecem esta diferenciação.

A análise do fardamento policial não se pode esgotar na sua dimensão identitária e simbólica. Para além deste representar a instituição, identificar o agente e materializar a autoridade pública, o fardamento é também uma ferramenta de trabalho, que deve responder às exigências concretas da atividade policial.

Capítulo III – Aspetos Funcionais do Fardamento

3.1 Conforto

Slater (1985) define o conforto humano como um estado de harmonia física, fisiológica e psicológica entre o ser humano e o meio que o rodeia. Esta conceção pressupõe que o conforto não depende apenas das características materiais do vestuário, como também da forma como o corpo humano, o vestuário e o ambiente interagem. Na mesma linha, Li (2001) sublinha que o vestuário funciona como um mediador entre o corpo humano e o meio envolvente, influenciando simultaneamente processos físicos, fisiológicos, neurofisiológicos e psicológicos que concorrem para uma perceção global de conforto.

Neste sentido, o estudo do conforto no vestuário tem vindo a afirmar-se como um domínio claramente interdisciplinar, onde se integram contributos da física, da fisiologia, da psicologia, da neurociência e da área têxtil, o que evidencia a complexidade dos mecanismos envolvidos na sua perceção e avaliação (Das & Alagirusamy, 2010).

Hollies e Goldman (1977), que já anteriormente haviam destacado a interação do corpo humano com o ambiente, descrevem vários fatores que abrem um caminho de estudos de conforto virado para um sistema multifatorial, com várias perspetivas integradas. Nesta fase, a ventilação, as propriedades térmicas dos materiais e a construção das peças, sabia-se contribuir para a manutenção do equilíbrio térmico e assim para o bem-estar do utilizador (Hollies & Goldman, 1977).

Numa visão um pouco mais simples, Hatch (1993) refere que o conforto pode ser definido como um estado neutro, onde o indivíduo não sente dor nem desconforto. Apesar desta definição parecer simplista, este processo torna-se bastante complexo, pela dimensão subjetiva do conforto, que é influenciada por vários fatores e preferências pessoais que dependem exclusivamente do utilizador (Kamalha et al., 2013; Wilfling et al., 2022). Neste sentido, as preferências pessoais podem variar conforme as estações, o ambiente, a idade e o tipo de atividade e ainda assim, pessoas diferentes, com o mesmo vestuário e a mesma configuração corporal podem sentir diferentes níveis de conforto (Kamalha et al., 2013; Wilfling et al., 2022).

O conforto assume um papel central na avaliação do desempenho do vestuário, tendo por vários estudos científicos se revelado como uma das principais preocupações dos utilizadores em diferentes áreas de investigação (Kaplan & Okur, 2008; Ruckman, 2005; Song, 2011; Wilfling et al., 2022). O conforto nestes estudos revela-se, conjugado com

outros fatores, o principal elemento que os consumidores procuram para a compra do seu vestuário.

A compreensão deste sistema de avaliação do conforto é compatível com a perspetiva de Lamb e Kallal (1992), segundo a qual o vestuário deve responder simultaneamente a exigências funcionais, expressivas e estéticas. Este enquadramento permite perceber que o conforto não depende apenas das propriedades físicas dos materiais, como também da adequação da peça ao contexto de uso, à imagem do utilizador e às suas expectativas.

A conceção de Li (2001), permite perceber melhor esta vertente, assinalando o conforto no vestuário como um conceito multidimensional, onde se integram os seguintes fatores:

- Conforto sensorial – relacionado às sensações desencadeadas quando o têxtil entra em contacto com a pele, nomeadamente à sensação de toque no tecido;
- Conforto termofisiológico – relacionado com uma gestão térmica e de humidade confortável, nomeadamente através de uma gestão correta do microclima da pele, envolvendo a transferência de calor e humidade;
- Conforto de movimentação corporal ou ergonómico – relacionado com a capacidade de o vestuário garantir a liberdade de movimentos, reduzir a sobrecarga física e adaptar-se às exigências ergonómicas do utilizador e das suas funções;
- Conforto estético ou psicológico – relacionado com a perceção subjetiva do utilizador ao olho, mão, ouvido e nariz, com especial enfoque na aparência visual, cor, forma, corte, design, imagem global do vestuário. (Li, 2001)

3.1.1 Conforto Sensorial

O conforto sensorial constitui uma das dimensões do conceito multidimensional do conforto e caracteriza-se, pelo conjunto de sensações percecionadas pelo utilizador quando um material têxtil entra em contacto com a sua pele (Broega & Silva, 2010; Li, 2001).

Este tipo de conforto é o resultado de “tensões geradas sobre o tecido e da forma como estas são transmitidas à pele, em condições normais de uso”, sendo que não só o uso do vestuário, como também o toque no mesmo podem servir para transmitir essas sensações (Broega & Silva, 2010).

A literatura demonstra, que relativamente a este tipo de conforto, as sensações provocadas pelo vestuário, são descritas através de um conjunto diversificado de atributos percebidos pelos utilizadores. Estas sensações desencadeadas podem assumir natureza tátil, térmica, associada à humidade e à pressão exercida pelo vestuário sobre o corpo (Bartels, 2011; Bishop, 1996; Wilfling et al., 2022)

Hollies et al. (1979) evidenciam no seu estudo descritores sensoriais como, a sensação de peça ajustada, larga, pesada, leve, rígida, com eletricidade estática, não absorvente, fria, pegajosa, húmida, aderente, áspera, irritante e picante. Já Broega e Silva (2010) caracterizam a sensação de toque relativamente ao tecido, caracterizando-o como liso, macio, rugoso, fresco ou quente, por exemplo. Estas conceções permitem perceber de que forma se materializa este conjunto de sensações associadas ao contacto entre o corpo e o vestuário.

A sensação de quente e frio ao toque também integra o conforto sensorial, e muitos estudos já têm desenvolvido esta temática como uma das particularidades mais desenvolvidas dos têxteis modernos. Bergmann Tiest e Kappers (2009) mostram que a difusividade térmica de um material condiciona a taxa de calor extraída da mão quando este é tocado, influenciando assim a forma como diversas superfícies podem ser distinguidas pelo tato. Na mesma linha, Broega & Silva (2010) fazem também referência a esta sensação de “toque térmico”, que é influenciada pela rapidez de transferência de calor e pela área de contacto, capazes de transmitir ao utilizador a sensação de frio ou calor ao vestir ou tocar num tecido.

Esta diversidade de descritores evidencia que o conforto sensorial resulta de uma experiência complexa de contacto com o vestuário, na qual diferentes propriedades do material são percebidas pelo utilizador. Neste sentido, não é apenas relevante o momento da utilização do vestuário, mas também o momento da sua apreciação, uma vez que tocar, sentir e experimentar o material constitui uma forma de avaliar as suas qualidades e o conforto esperado (Rahman, 2011).

Segundo Peck e Wiggins (2006), esta ação de tocar no vestuário não funciona apenas como meio de recolha de informações sobre o material, como também pode desencadear respostas afetivas que influenciam a forma como o produto é apreciado pelo utilizador.

Relativamente à percepção tátil, a investigação tem conduzido para vários caminhos de desenvolvimento, no que toca à mensurabilidade destas sensações. Tang et al. (2023)

demonstra no seu estudo, que a fricção e as vibrações geradas no contacto entre a pele e o tecido constituem estímulos particularmente relevantes e verifica ainda que a espessura, a sensação de deslizamento e a picada estão relacionadas com características mensuráveis das fibras e superfície dos têxteis. Jiyong et al. (2011), na mesma linha, indica que esta sensação de picada, está relacionada com a estimulação mecânica de recetores cutâneos por extremidades de fibras salientes à superfície do tecido. Pensé-Lhéritier et al. (2006), através da avaliação tátil de um conjunto alargado de tecidos, concluíram também que o tipo de fios, a sua torção e a sua compacidade do tecido também têm influência na perceção sensorial do vestuário.

Em síntese, o conforto sensorial deve ser entendido como uma dimensão fundamental da experiência de utilização do vestuário. Para além da forma como este interfere com o bem-estar do utilizador, influencia também a forma como a peça é apreciada e avaliada, uma vez que o contacto com o tecido, o sentir do material e a qualidade percebida pela interação com a pele constituem elementos relevantes para a avaliação do produto (Castelo & Cabral, 2018; Rahman, 2011; Wilfling et al., 2022).

3.1.2 Conforto Termofisiológico

O conforto termofisiológico, deve ser entendido, como uma dimensão integrante da conceção multidimensional do conforto, em que o vestuário atua como mediador entre o organismo e o meio envolvente (Broega & Silva, 2010; Li, 2001). Esta vertente do conforto geral é de extrema importância, para garantir o bem-estar, no corpo humano (Parsons, 2019).

Li (2001) define este tipo de conforto como a obtenção de um estado confortável de temperatura e humidade, envolvendo o transporte de calor e humidade através do tecido. Em sentido convergente, Broega e Silva (2010) referem que o conforto termofisiológico se pauta por um estado térmico e de humidade confortável à superfície da pele, que depende fortemente das transferências de calor e vapor de água através do vestuário.

Do ponto de vista físico e funcional, na perspetiva do conforto termofisiológico, assume particular relevância a resistência térmica, a resistência ao vapor de água, a convecção e a permeabilidade do vestuário, na medida em que estas propriedades condicionam a dissipação do calor metabólico e a evaporação do suor. A este respeito, Havenith et al. (2002) demonstram que as propriedades do vestuário e a produção metabólica de calor constituem fatores pessoais centrais na avaliação do conforto térmico, salientando

ainda que os efeitos das movimentações corporais e do ar também devem ser previstas. Em sentido convergente, Holmér et al. (1999) referem que a convecção constitui um fator determinante das trocas de calor e das trocas evaporativas.

Parsons et al. (1999), no seu estudo, acrescenta uma informação relevante, sublinhando que o vestuário não deve ser entendido como uma barreira térmica estática, uma vez que o vento e o movimento humano alteram as propriedades de transferências de calor e vapor. A este nível, é extremamente relevante corrigir aquilo que são os valores estáticos utilizados por valores dinâmicos mais próximos das condições reais de utilização (Parsons et al., 1999).

A investigação mais recente, tem vindo a aprofundar estas conceções, salientando que o conforto termofisiológico deve ser entendido a partir do sistema pele, vestuário e ambiente e identificando o microclima existente entre a pele e a camada do vestuário como um dos fatores dominantes deste processo (Ding et al., 2011; Islam et al., 2023; Li et al., 2024). Este microclima é entendido como o espaço de ar que se encontra entre a pele e o vestuário e é visto como um aspeto essencial do conforto termofisiológico, sendo que tem um impacto no processo de transferência de calor e humidade (Li et al., 2024).

Fanger (1970), na sua obra denominada *Thermal Comfort: Analysis and Applications in Environmental Engineering*, evidencia um conjunto de variáveis, que se subdividem em variáveis pessoais e ambientais, que interagem entre si. Entre as primeiras incluem-se a taxa metabólica e o isolamento térmico do vestuário e entre as segundas a temperatura do ar, a temperatura radiante média, a velocidade do ar e a humidade (Fanger, 1970). A taxa metabólica influencia a produção de calor, enquanto o vestuário impacta na retenção ou dissipação do mesmo, a temperatura do ar e a temperatura radiante média, afetam o balanço térmico global, a velocidade do ar impacta na perda de calor e a humidade interfere com a evaporação do suor.

A partir da formulação proposta por Fanger (1970), foram desenvolvidos instrumentos preditivos destinados a operacionalizar a avaliação do conforto térmico em termos analíticos. Neste contexto, a ISO 7730:2025 consagra os índices PMV (*Predicted Mean Vote*) e PPD (*Predicted Percentage of Dissatisfied*) como referências para a determinação e interpretação do conforto térmico em ambientes moderados, onde o PMV permite prever a sensação térmica média de um grupo de indivíduos expostos às mesmas condições ambientais e pessoais, enquanto o PPD estima a percentagem previsível de

peças insatisfeitas do ponto de vista térmico (Fanger, 1970; International Organization for Standardization, 2025). Deste modo, a articulação entre atividade, vestuário e ambiente térmico passou a poder ser tratada de forma mais sistemática e operacional, constituindo um dos principais referenciais utilizados para abordar o conforto termofisiológico.

Importa, contudo, notar que esta abordagem clássica do conforto termofisiológico foi desenvolvida sobretudo para condições relativamente uniformes e próximas ao corpo em estado estacionário. Katić et al. (2016), neste sentido, apontam para a importância da previsão de ambientes não uniformes e transitórios, de modo a se assemelhar mais aos contextos reais de utilização. Esta questão é de extrema importância para o estudo do vestuário profissional, sendo que como já vimos anteriormente o movimento corporal, o vento, e a ventilação do vestuário alteram de forma relevante a resistência térmica e a evaporação de suor, tornando assim insuficiente a leitura estática (Havenith et al., 2002; Holmér et al., 1999; Parsons et al., 1999).

No contexto do uniforme policial, esta vertente assume particular relevância, porque a exigência operacional impõe uma necessidade de muitas das vezes, haver esforço físico, exposição prolongada e variabilidade ambiental. Assim, o conforto termofisiológico representa um papel importante para a perceção de conforto geral do fardamento e para a sensação de bem-estar dos polícias.

3.1.3 Conforto Ergonómico

O conforto ergonómico é uma das vertentes mais importantes no conforto geral das peças de vestuário, principalmente quando falamos em vestuário de trabalho, mais especificamente em uniformes policiais.

A ergonomia, de acordo com a *International Ergonomics Association* (2000), é a

“ciência do trabalho (...) que se dedica à compreensão das interações entre os seres humanos e outros elementos de um sistema, e a profissão que aplica teorias, princípios, dados e métodos ao *design*, a fim de otimizar o bem-estar humano e o desempenho geral do sistema”.

Relativamente ao conceito de ergonomia, este ainda se subdivide em vários tipos, a ergonomia física, a ergonomia cognitiva e a ergonomia organizacional, sendo que a primeira apresenta uma enorme relevância para este estudo, na medida em que relaciona características anatómicas, antropométricas, fisiológicas e biomecânicas do ser humano à sua atividade, nomeadamente no que toca à relação entre a pessoa e o trabalho (International Ergonomics Association, 2000).

Transpondo esta perspetiva para o vestuário, o conforto ergonómico relaciona-se com a capacidade da peça se ajustar adequadamente à pessoa, acompanhar os seus movimentos e exigências do trabalho, quando falamos em vestuário profissional. De uma forma simples, Broega e Silva (2010) caracterizam o conforto ergonómico como a “capacidade que uma peça de vestuário tem de “vestir bem” e de permitir a liberdade dos movimentos do corpo”, o que está diretamente relacionado com as costuras, cortes e a modelagem do vestuário, assim como com o tipo de materiais e estruturas utilizadas.

Kawabata e Niwa (1989) sustentam que, quando os tecidos são utilizados em vestuário, devem ajustar-se ao corpo do utilizador e adaptar-se aos seus movimentos, sendo o ajustamento ao corpo uma exigência essencial dos materiais de vestuário. Neste sentido, segundo o estudo de Wilfling et al. (2022, p. 63), o ajuste do vestuário e a liberdade de movimentos são absolutamente essenciais, sendo estas as variáveis mais apontadas pelos utilizadores, quando questionadas do que considerariam o conforto.

Ainda quanto ao ajuste do vestuário, Slater (1977, p. 29) refere que “por muito bem que um tecido seja concebido para apresentar valores ótimos de transmissão de calor, água ou ar, qualquer peça de vestuário feita a partir dele não pode ser considerada confortável se não se ajustar corretamente.”

Broega e Silva (2010, p. 61) apontam no seu estudo que um dos principais problemas do vestuário, tem vindo a ser, a utilização das medidas estáticas do utilizador, para o seu desenho, o que não contempla a previsão das margens necessárias para as atividades físicas quotidianas. Neste sentido, Avadanei et al. (2022) defendem que o desenho ergonómico do vestuário deve integrar dados da antropometria dinâmica, de modo a considerar alterações dimensionais, não só relacionadas ao movimento, como também à respiração.

Lindqvist (2015), crítico desta modelagem tradicional do vestuário, em alternativa, propõe uma teoria cinética para a construção de vestuário, derivada da forma como o tecido

interage com o corpo e estruturada a partir de direções de equilíbrio e de pontos biomecânicos fundamentais.

Kirk e Ibrahim (1966) sustentam que a resposta que o vestuário deve dar durante a movimentação assenta em três componentes essenciais: o ajuste da peça ao corpo, o deslizamento do vestuário sobre a pele e a elasticidade do tecido. Enquanto o ajuste assegura a folga necessária para acomodar o corpo, o deslizamento e a elasticidade permitem que a peça acompanhe o movimento e reduza a restrição mecânica imposta ao utilizador. Neste sentido são apontados como principais problemas a este nível, as regiões do joelho, glúteos, costas e cotovelos, que são zonas onde os movimentos do corpo geram maiores exigências de acomodação do vestuário (Kirk & Ibrahim, 1966).

A dimensão da liberdade de movimentos é de elevada importância para a sensação de conforto geral do vestuário, assim como a sensação de ajuste da peça à tipologia corporal da pessoa, e ainda assim, no estudo de Kaplan e Okur (2008), surgem como umas das maiores dificuldades encontradas por utilizadores nas suas peças de vestuário. Muitas das vezes esta sensação de falta de liberdade de movimentos prende-se com o facto de os tecidos possuírem uma insuficiência na sua vertente de elasticidade (Kaplan & Okur, 2008).

A relevância prática desta dimensão é reforçada por estudos que demonstram os efeitos biomecânicos do vestuário restritivo. Eungpinichpong et al. (2013, p. 1031), ao compararem calças demasiado justas, com calças corretamente dimensionadas, verificaram que o vestuário restritivo alterava a amplitude de movimento lombar, modificava a atividade muscular do tronco e aumentava significativamente o desconforto lombar durante várias tarefas executadas.

Simões e Bispo (2006) referem que existe uma prática recorrente de projetar produtos para o homem médio idealizado, habitualmente jovem, saudável e de estatura média, figura essa que não corresponde à realidade, dado que os indivíduos apresentam características bastante diversas entre si. Este hábito acaba por trazer condições de vestuário inadequadas a uma grande parte das pessoas, que não cabe nessa descrição.

Segundo vários estudos, existe uma diversidade morfológica entre os utilizadores das diferentes peças de vestuário, que pode ser descrita através de diferentes formas de silhuetas corporais, que se diferenciam pelas proporções entre as medidas entre ombros, tronco, cintura e anca. Entre estas tipologias, a literatura destaca as formas como o triângulo, o

triângulo invertido, oval, retangular e ampulheta, as quais representam, de uma forma simplificada, várias configurações corporais (Makhanya, 2015; Vasan et al., 2019).

Segundo Slater (1977) , no contexto de produção de vestuário, existe uma tensão entre os interesses da indústria têxtil e a diversidade entre os utilizadores, na medida em que o interesse dos fabricantes é o de reduzir a variedade de tamanhos, para a simplificação da produção, enquanto, por outro lado, torna-se necessário alargar essa gama para acomodar as variações individuais de cada corpo e assim garantir o conforto ergonómico adequado para a heterogeneidade morfológica dos utilizadores.

Os diferentes tipos de formas corporais são imensamente importantes para a maneira como são construídas as peças de vestuário e definidos os tamanhos do mesmo, mas é importante ter-se em conta que se verifica durante o processo de envelhecimento, várias mudanças corporais, que apesar de serem bastante adaptativas de pessoa para pessoa, é um processo que altera significativamente as necessidades sentidas pelos utilizadores (Schuch & Schemes, 2024).

O conforto ergonómico, não é uma mera vertente subjetiva de conforto, esta interfere com padrões de movimento e com a própria funcionalidade corporal durante atividades. Estes parâmetros são especialmente importantes na vertente policial, onde existe uma impreterível necessidade de uma liberdade de movimentos adequada para as exigências da missão.

3.1.4 Conforto Psico-Estético

O conforto psico-estético é também outro dos pontos centrais de análise obrigatória, quando falamos do conforto no vestuário. Este tipo de conforto relaciona-se com a perceção dos utilizadores aos estímulos visuais que adquirem ao visualizar as peças de vestuário.

Como já analisado em capítulos anteriores, a forma como as pessoas se vestem molda não só a forma como os outros as vêem, como também a forma como estas se vêem a si mesmas (Lennon et al., 2014). Neste sentido, este tipo de conforto entra nesse mesmo campo onde o aspeto visual do vestuário é capaz de alterar o bem-estar do seu utilizador.

Lamb e Kallal (1992), como também analisado previamente, descrevem a vertente estética do seu modelo FEA, como um dos aspetos fundamentais de todo o tipo de vestuário,

onde a aceitação visual por parte do utilizador é extremamente relevante para a sua satisfação.

Enquanto nos outros tipos de conforto existe uma forte vertente relativa à componente técnica do tecido, Broega e Silva (2010, p. 60) referem que este tipo de conforto “pouco tem a ver com as características técnicas dos tecidos, estando fundamentalmente relacionado com as tendências da moda seguidas pela sociedade”.

Li (2001) acrescenta ainda que o conforto psicológico, para além do aspeto dos padrões de moda, deve respeitar um bom apelo visual, um bom ajuste e uma perceção de qualidade, para que assim o seu utilizador se sinta bem apresentado e socialmente valorizado. Quando falado no ajuste e na qualidade da peça, é importante perceber-se que estes aspetos são destacados dentro da perceção visual do utilizador e não como um aspeto de liberdade de movimentos e bem-estar com o tecido, que como já anteriormente analisado são aspetos que fazem parte do conforto ergonómico e sensorial, respetivamente.

Segundo o estudo de Noh et al. (2015), realizado entre homens universitários, o vestuário desejado por este mesmo grupo era aquele que, simultaneamente, fosse confortável, e ao mesmo tempo gerasse confiança e correspondesse às expectativas do meio envolvente. Com isto, é possível perceber o impacto que esta vertente emocional tem na própria perceção de bem-estar das pessoas.

Um dos aspetos mais importantes desta vertente é a cor do vestuário, que influencia a apreciação visual do vestuário e a satisfação subjetiva do utilizador, contribuindo significativamente para a aceitação e para a perceção global da peça (Radeloff, 1991). Apesar de tudo, é bastante difícil traçar cores que sejam socialmente aceites, dado que neste estudo de Radeloff (1991), existe uma enorme preponderância da categoria sazonal da cor, do seu valor e da sua croma, que vai variando sazonalmente consoante a estação do ano e as próprias preferências do utilizador. Mesmo assim, serve para percebermos que a cor do vestuário não é meramente um elemento decorativo, como também participa na aceitação visual do vestuário.

Apesar desta vertente do conforto estar amplamente estudada, existe um elevado grau de subjetividade relacionada à mesma, característica que se aplica muito ao conforto como referia Slater (1985), mas que nesta vertente se aprofunda ainda mais porque tem muito que ver com aquilo que são as preferências individuais de cada utilizador.

Esta vertente é de extrema relevância no contexto policial, onde a aparência do uniforme é um aspeto absolutamente central como símbolo de identidade e autoridade, associado à legitimidade institucional e à perceção social da missão policial (Joseph & Alex, 1972; Van der Laan, 2016). Nesta vertente, um uniforme será tanto psicologicamente confortável quanto mais permitir ao polícia sentir-se profissionalmente digno, confiante e legitimado para o exercício das suas funções (Rowe et al., 2023; Sargeant & Simpson, 2024; Westby et al., 2023).

Mesmo assim, devemos entender que, este tipo de conforto não pode penalizar as restantes variáveis da vertente funcional, uma vez que

“muitas vezes, estar na moda corresponde à não funcionalidade da roupa, seja pelos padrões estéticos em vigor, seja pela excessiva magreza, seja pela tentativa de minimizar formas pronunciadas do corpo em busca da elegância, diferentemente de outras culturas em outros tempos” (Martins, 2009, p. 84).

No fundo, esta dimensão do conforto envolve não só a aparência, a cor, o estilo e o ajuste, como também uma série de variáveis subjetivas como o sentimento de pertença, o reconhecimento e a confiança na profissão, todas elas suscetíveis de influenciar a aceitação global do uniforme e a satisfação do seu utilizador.

3.2 Segurança e Proteção

A vertente de segurança e proteção é extremamente importante na utilização de vestuário, sendo apontada pela literatura como uma das funções principais e centrais das peças de vestuário.

Segundo uma nota informativa da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (2024, p. 2), todos os anos, 2,78 milhões de trabalhadores perdem a vida devido a acidentes ou doenças relacionadas com o trabalho, dentro dos quais 2,4 milhões por doenças relacionadas com o trabalho. Para além disso, a mesma fonte refere que 160 milhões de trabalhadores adoecem anualmente devido à sua atividade profissional (OIT, 2024, p. 2). Estes dados revelam a importância de atuar preventivamente, de modo a encontrar soluções

que mitiguem os riscos inerentes a cada atividade profissional, motivo pelo qual a OIT cria a Estratégia Global de Segurança e Saúde Ocupacional 2024-30 (OIT, 2023a).

Neste enquadramento, a Organização Internacional do Trabalho (2023b) sublinha que os trabalhadores podem estar expostos a um conjunto alargado de riscos ocupacionais, entre eles os riscos biológicos, químicos, físicos, ergonómicos e psicossociais, que se podem relacionar com o ruído, vibrações, radiações, temperaturas extremas, maquinaria perigosa, tarefas fisicamente exigentes, alterações climáticas, eventos meteorológicos extremos e riscos associados às novas tecnologias.

Deste modo, Li (2001, p. 3) afirma que “a função principal do vestuário é servir como uma ou mais camadas de proteção para o corpo contra ambientes físicos inadequados”, sendo que enumera as funções de garantir o ambiente térmico e prevenir que o corpo seja atingido por abrasão, radiação, vento, eletricidade, substâncias químicas, tóxicas ou microbiológicas. Neste âmbito, o vestuário serve como mediador entre o corpo humano e a exposição aos riscos do ambiente.

No domínio do vestuário de trabalho, esta função protetora adquire especial relevância, uma vez que uma das finalidades destas peças é “proteger o utilizador de possíveis perigos do seu trabalho” (Van der Laan, 2016, p. 6). Nesta perspetiva, importa essencialmente analisar qual a atividade desempenhada pela pessoa, uma vez que variando as suas funções profissionais variará os riscos a que estarão expostas no exercício da sua atividade.

No caso dos trabalhadores de ambientes externos, a vertente protetora do vestuário assume particular relevância, na medida em que estes profissionais permanecem expostos durante períodos prolongados a fatores ambientais potencialmente lesivos. Neste sentido, Silva Martins (2015, p. 56) caracteriza como altamente expostos à radiação ultravioleta “os trabalhadores que excedem a exposição solar saudável de 15 a 20 minutos passando para uma média de 4 a 6 horas de exposição diária”. Os polícias são considerados trabalhadores altamente expostos a radiação ultravioleta, o que pode levar ao desenvolver de doenças, por essa mesma razão, como o cancro da pele (Silva Martins, 2015, p. 57).

Os trabalhadores de ambientes externos devem ser fornecidos com materiais de proteção como chapéus, óculos de sol, vestuário protetor e protetores solares, para mitigar os riscos de doenças, como o cancro da pele, pela exposição prolongada à radiação ultravioleta (Silva Martins, 2015, pp. 56–57). No mesmo sentido, o *National Institute for*

Occupational Safety and Health (NIOSH) (2026), dos Estados Unidos da América, recomenda a utilização de chapéus, óculos de sol, protetor solar e vestuário com proteção FPS, capazes de proteger contra as radiações ultravioleta.

A literatura evidencia que os elementos de cobertura da cabeça, embora possam desempenhar uma função protetora, consoante as suas particularidades, também podem comprometer o desempenho funcional do utilizador.

Creswell et al. (1994), num estudo sobre capacetes de segurança, demonstram que quando estes possuem palas opacas o campo de visão superior reduz de uma forma muito acentuada, enquanto as palas translúcidas apresentaram resultados próximos da condição sem cobertura da cabeça. Em sentido convergente, Roh (2014) estudou a forma como diferentes tipos de chapéus influenciam a perceção visual, o equilíbrio e a coordenação motora, concluindo que quanto maior fosse a pala dos mesmos menor é o campo de visão do utilizador e a capacidade de manter o equilíbrio, sem alterações significativas na coordenação motora.

A proteção dos pés através do calçado constitui uma dimensão relevante da segurança no vestuário profissional, sendo que o calçado protege os pés e pode atuar para mitigar riscos concretos do contexto laboral. Segundo o *Health and Safety Executive* (2022, p. 26), a queda ou rolamento de objetos sobre os pés, a perfuração da sola, os escorregões ou quedas, a exposição a temperaturas extremas, os riscos elétricos, a exposição a substâncias químicas, o trabalho em ambientes húmidos e a exposição a atmosferas potencialmente explosivas, representam o conjunto de perigos que fazem necessitar de um calçado apropriado. Com isto, o calçado profissional deve ser concebido e selecionado de modo a prevenir estes riscos, tendo sempre em conta aquilo que são os riscos concretos da atividade desenvolvida (Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho, 2022; Health and Safety Executive, 2022).

A alta visibilidade constitui também uma dimensão relevante da proteção no vestuário profissional. De acordo com a ISO 20471:2013 o vestuário de alta visibilidade destina-se a sinalizar visualmente a presença do utilizador, através da utilização de materiais fluorescentes e retrorrefletores, constituindo assim um fator de segurança passiva (International Organization for Standardization, 2013). Embora este tipo de vestuário não garanta uma segurança absoluta, contribui com enorme eficácia para a redução do risco de acidentes (Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho, sem data). Vários

estudos relacionados com acidentes de viação, nomeadamente com ciclistas, têm denotado que o aumento na sinalização proporcionado pela utilização de vestuário de visibilidade contribui para reduzir o risco de acidentes e aumentar a margem de reação em situações potencialmente perigosas (Lahrmann et al., 2018; Wood et al., 2012).

Em síntese, segurança e a proteção, no contexto do vestuário, correspondem à capacidade da peça para reduzir a exposição do utilizador a riscos previsíveis associados ao meio e à atividade desempenhada, contribuindo assim para a preservação da sua saúde, integridade física e bem-estar dos utilizadores.

3.3 Durabilidade

A durabilidade do vestuário constitui uma dimensão essencial da sua adequação funcional. Esta variável é essencial para as peças de vestuário manterem a sua integridade material e o seu aspeto visual.

A durabilidade não se reduz à mera resistência inicial do material, mas abrange também a conservação das propriedades físicas e estéticas do vestuário perante as solicitações a que este é submetido em contexto real de utilização (Fan & Hunter, 2009). Neste sentido, as peças de vestuário são sujeitas a movimentos diversos, uso repetido e a sucessivos processos de lavagem, devendo, por isso, manter a sua integridade ao longo do tempo (Motlogelwa, 2018, p. 217).

A literatura relativa ao vestuário de trabalho tem vindo a reforçar esta compreensão alargada da durabilidade. Segundo o estudo de Huh (2023), que sistematiza os requisitos para o vestuário de trabalho, a durabilidade está entre as exigências funcionais centrais, na escolha do tecido apropriado. No mesmo sentido, Van der Laan (2016), num estudo em que exalta a importância da imagem do vestuário de trabalho, faz referência à durabilidade do tecido e à sua resistência às lavagens como uma das exigências funcionais deste tipo de vestuário.

Fan e Hunter (2009) referem que a qualidade percebida do vestuário depende de diversas propriedades mecânicas e físicas, entre as quais se incluem a resistência à abrasão, a formação de borboto e de drapeado, o enrugamento, a perda da forma, a alteração da cor e a resistência das costuras. Do mesmo modo, Venkatraman (2015) integra a durabilidade, a resistência e a solidez da cor entre as características obrigatórias do vestuário, apresentando ainda, no âmbito das propriedades dos tecidos, parâmetros como a resistência à abrasão, a

resistência ao rasgamento, a resistência ao rebentamento, a resistência ao borboto e ainda à fricção como dimensões relevantes para a apreciação da durabilidade.

Estas conceções permitem entender o fenómeno da durabilidade no vestuário como um fenómeno multifatorial e não apenas como uma mera propriedade isolada. Guo et al. (2025) defende precisamente que a durabilidade física do vestuário exige uma avaliação baseada nestes múltiplos fatores, não permitindo assim ser analisada por um único ensaio ou critério.

A relevância destes aspetos é confirmada por evidência empírica sobre falhas de vestuário em fim de vida. Cooper e Claxton (2022), ao analisarem peças descartadas, identificaram como problemas mais frequentes o aparecimento de borboto e a perda de cor, seguidos da degradação do tecido, da perda de estabilidade dimensional, da falha de logótipos, da descoloração e do aparecimento de buracos nas costuras.

A durabilidade do vestuário não se esgota na sua longevidade material, encontrando-se igualmente relacionada com a preservação da imagem que o uniforme projeta ao longo do tempo. Segundo Tenório (2013), alguns aspetos da qualidade do uniforme, nomeadamente da sua durabilidade, como problemas de deformação, desbotamento e de aparecimento de borboto afetam diretamente o seu aspeto visual e o seu propósito de transmitir profissionalismo, organização, asseio, segurança e confiança.

No que toca à imagem do vestuário, outro parâmetro absolutamente essencial é a resistência dos estampados, logótipos e restantes elementos aplicados à peça. Nesta senda, a durabilidade não depende apenas da conservação do tecido-base, mas também da capacidade de estes elementos manterem, ao longo do uso e das lavagens, a sua integridade. Como sabemos pelo estudo de Cooper e Claxton (2022), as falhas de logótipos contribuem como uma das principais causas do descarte do vestuário, mas quando falamos de vestuário profissional, podemos estar perante os logótipos da instituição, de patrocinadores, ou qualquer outra informação com elevada relevância. Quando estes estampados fissuram, descolam, desbotam ou perdem definição, não fica apenas comprometido o aspeto visual da peça, mas também a imagem e a função identificativa que esses elementos podem estar a desempenhar (Tenório, 2013).

Capítulo IV – Método

4.1 Enquadramento Metodológico

Segundo Vilelas (2022), o modelo quantitativo caracteriza-se pela formulação de hipóteses de investigação, traçadas previamente para traçar explicações causais para fenómenos.

“A organização de uma investigação em torno das hipóteses de trabalho constitui a melhor forma de a conduzir com ordem e rigor, sem por isso sacrificar o espírito de descoberta e de curiosidade que caracteriza qualquer esforço intelectual digno deste nome” (Quivy & Van Campenhoudt, 1998).

As hipóteses têm como intenção a resposta ao problema de investigação e com isto, solucionar o problema previamente, com respostas prováveis provisoriamente (Reis, 2022, p. 82). Neste sentido, é importante associar a pergunta de investigação às hipóteses explicativas, para uma eficaz condução das investigações (Ribeiro, 2018).

As hipóteses formuladas são resultado dos objetivos formulados, da pergunta de investigação e da revisão da literatura efetuada, procurando antecipar relações estatisticamente testáveis entre as variáveis em análise.

A presente dissertação de mestrado é orientada pela pergunta de investigação: “Em que medida os polícias da Polícia de Segurança Pública estão satisfeitos com o Uniforme de Serviço Operacional e que fatores que influenciam essa satisfação?”. Tendo em conta esta questão, estabelece-se como objetivo geral avaliar o grau de satisfação dos polícias da PSP relativamente ao USO. Traçando-se como objetivos específicos: i) verificar se a perceção do uniforme varia consoante as características da amostra, ii) avaliar as diferentes vertentes funcionais e a sua relação com a satisfação global, iii) examinar a perceção dos polícias relativamente à adequação da numeração e dos tamanhos do uniforme, segundo as características antropométricas iv) analisar a avaliação atribuída aos diferentes artigos que compõem o USO, v) verificar se os polícias utilizam os artigos não exclusivos da PSP, disponibilizados na POCF.

Tendo em conta a pergunta de investigação, o objetivo geral e os específicos, foram formuladas as seguintes hipóteses de investigação:

H1: A satisfação global dos polícias da PSP relativamente ao Uniforme de serviço Operacional apresenta uma tendência predominantemente desfavorável.

H1a: A satisfação global dos polícias da PSP relativamente ao Uniforme de Serviço Operacional varia em função da caracterização da amostra.

H2: As diferentes vertentes funcionais avaliadas do Uniforme de Serviço Operacional associam-se de forma significativa à satisfação global com o uniforme.

H3: A perceção da adequação da numeração e dos tamanhos do Uniforme de Serviço Operacional varia em função do sexo e das características antropométricas.

H4: Os diferentes artigos que compõem o Uniforme de Serviço Operacional são avaliados de forma diferenciada segundo as diferentes vertentes funcionais avaliadas.

H5: A maioria dos polícias da PSP não utiliza os artigos não exclusivos da PSP disponibilizados na Plataforma Oficial de Compra de Fardamento.

4.2 Participantes

A população do presente estudo é caracterizada pelos polícias da Polícias de Segurança Pública que utilizam o Uniforme de Serviço Operacional, independentemente da frequência de utilização. A delimitação da população decorre diretamente do objeto da investigação, centrado na avaliação do grau de satisfação dos polícias relativamente à dimensão funcional do referido uniforme, enquanto elemento material integrante da atividade policial.

O Uniforme de Serviço Operacional é utilizado de forma transversal pelos polícias da PSP, quer por aqueles que exercem funções na área operacional, quer por aqueles que exercem funções na área de apoio à atividade operacional. Por esse mesmo motivo, considera-se a população-alvo deste estudo, os 19661 polícias que, segundo o Balanço Social da PSP (2025) (Anexo II), exercem funções nesta Força de Segurança.

A população deste estudo corresponde, portanto, aos profissionais que, pela sua condição funcional, experienciam de forma direta a utilização do USO e se encontram, por

esse mesmo motivo, em posição privilegiada para avaliar a sua adequação às exigências concretas da atividade policial, conforme a sua própria percepção.

Sendo impossível averiguar, com exatidão, o número exato de polícias que utilizam o USO, foi ainda operacionalizado no próprio instrumento de recolha de dados, a inclusão de uma questão relativa à utilização do Uniforme de Serviço Operacional. Nesta questão, os polícias respondiam afirmativamente, independentemente da frequência com que utilizavam este uniforme. Apenas os participantes que declaram utilizar este uniforme poderiam prosseguir com o preenchimento do questionário, tendo sido excluídos os restantes casos, por não reunirem as condições necessárias para fornecer informação empírica pertinente sobre o objeto em análise.

Deste modo, a população considerada no estudo não corresponde indistintamente à totalidade dos profissionais da PSP, mas sim ao conjunto dos polícias que, no momento da recolha de dados, declaram utilizar o Uniforme de Serviço Operacional e exerciam funções suscetíveis de justificar a sua avaliação funcional. Esta delimitação reforça a adequação da população definida e os objetivos da investigação, assegurando a pertinência empírica das respostas recolhidas e a coerência metodológica do estudo.

A caracterização dos participantes incidiu sobre variáveis sociodemográficas, antropométricas e profissionais, designadamente sexo, idade, altura, massa corporal, forma corporal, tempo de serviço, funções desempenhadas e postura predominante durante o serviço. A inclusão destas variáveis justifica-se pela sua relevância potencial para a análise da variação que poderá existir consoante a fisionomia de cada polícia.

No que respeita à amostra, foram obtidas 1133 respostas ao questionário. Destas, 32 foram excluídas da análise, por ausência de consentimento informado (6), por indicação de não utilização do Uniforme de Serviço Operacional (25) e 1 caso por ambas as situações. Assim, a amostra válida do estudo ficou constituída por 1101 polícias, correspondendo a uma fração significativa da população.

4.3 Instrumento de Recolha de Dados

Tendo em consideração o objeto do presente estudo e os seus objetivos, optou-se pela realização de um inquérito por questionário, por se entender que este constituía o instrumento mais adequado para recolher as percepções dos polícias da Polícia de Segurança Pública relativamente à dimensão funcional do Uniforme de Serviço Operacional.

O inquérito por questionário é um instrumento de recolha de dados, que constitui uma série de perguntas ordenadas e permite atingir muitas pessoas em simultâneo, abrangendo uma área geográfica mais ampla e reduzindo a influência do investigador (Marconi & Lakatos, 2017). A utilização deste instrumento permitiu, portanto, recolher informação junto de um número alargado de participantes, de forma a obter dados passíveis de análise, para realizar comparações e a identificação de eventuais relações entre variáveis (Bell, 2010).

Para o efeito, foi elaborado um questionário original, construído especificamente para a presente investigação e disponibilizado em formato digital, através da plataforma *Google Forms*, sob o título *Avaliação da Dimensão Funcional do Uniforme de Serviço Operacional – PSP* (Apêndice I). Este instrumento foi construído sob orientação da pergunta de investigação e pelas dimensões funcionais previamente analisadas no enquadramento teórico deste estudo, procurando sempre assegurar coerência entre os objetivos da investigação, as hipóteses formuladas, as escalas de resposta e os métodos de análise de dados (Hill & Hill, 2008).

O inquérito por questionário encontra-se estruturado em diferentes secções. Numa primeira secção, procedeu-se à caracterização dos participantes, através da recolha de variáveis sociodemográficas, antropométricas e profissionais, como o sexo, idade, altura aproximada, massa corporal aproximada, forma corporal, tempo de serviço, funções desempenhadas e postura predominante durante o serviço.

Numa segunda secção, incidiu-se sobre a avaliação específica das principais peças do Uniforme de Serviço Operacional, concretamente o Blusão Policial, o Polo de Manga Comprida, o Polo de Manga Curta, a Calça de Serviço Operacional e o Barrete Operacional. Para cada uma destas peças foram avaliados cinco indicadores: o conforto geral durante o serviço, a liberdade de movimentos, a resistência ao uso e às lavagens, o ajuste ao corpo e o não comprometimento da segurança durante o exercício das funções.

Seguidamente, o questionário integrou um conjunto de itens relativos à utilização dos artigos de utilização não obrigatória no USO, nomeadamente a bota policial, a peúga preta, a camisola interior e a camisola interior de gola, para entender se os polícias utilizavam ou então optavam por outros adquiridos por si.

Por fim, numa última secção, procedeu-se à avaliação global do Uniforme de Serviço Operacional, incluindo aspetos como a adequação do uniforme às condições climáticas de

inverno, meia-estação e verão, a correspondência da numeração às peças habitualmente usadas, o ajustamento do tamanho à forma e medidas do corpo, a adequação às exigências físicas da atividade policial e a satisfação global com o uniforme.

No que respeita ao formato de resposta, a avaliação funcional das peças e a avaliação global do uniforme foram efetuadas através de escalas do tipo Likert de 1 a 5, variando entre 1 que corresponde a “Discordo totalmente”, 2 a “Discordo”, 3 a “Não concordo, nem discordo”, 4 a “Concordo” e 5 a “Concordo totalmente”, para medir a concordância dos participantes relativamente às afirmações que foram apresentadas. Este tipo de escala é particularmente adequada para a medição de construtos não diretamente observáveis, como perceções, atitudes e níveis de concordância (Jebb et al., 2021).

4.4 Instrumento de Análise de Dados

Encerrada a recolha de dados, procedeu-se ao respetivo tratamento dos mesmos através do programa *IBM Statistical Package for the Social Sciences Statistics* (SPSS), de modo a organizar, codificar, tratar e analisar a informação recolhida através do inquérito por questionário. A organização e classificação sistemática dos dados, é indispensável ao tratamento estatístico em investigação científica (Marconi & Lakatos, 2017).

Numa fase primária, procedeu-se à organização, verificação e limpeza da base de dados, identificando-se os casos elegíveis para análise e excluindo-se assim os casos que não reuniam os critérios previamente definidos, nomeadamente a não prestação do consentimento informado ou a não utilização do Uniforme de Serviço Operacional.

Após esta fase inicial, realizou-se a codificação das variáveis, convertendo as respostas textuais em valores numéricos, de modo a uniformizar o tratamento de dados e ajudar à análise dos mesmos. As respostas em escala Likert foram codificadas de 1 a 5, correspondendo 1 a “Discordo totalmente” e 5 a “Concordo totalmente”. As variáveis dicotómicas, como a utilização dos artigos não exclusivos da PSP, foram codificadas de forma binária, enquanto as variáveis categóricas foram organizadas de acordo com as categorias previstas no questionário.

A análise estatística desenvolveu-se em duas fases distintas, mas complementares, uma fase descritiva e outra inferencial. Para a caracterização da amostra e sintetizar os resultados obtidos foi utilizada a estatística descritiva, através de frequências absolutas e

relativas, médias, desvios-padrão, moda, valores mínimos e máximos, sempre de acordo com a natureza das variáveis em questão.

Para analisar a consistência interna em cada peça do Uniforme de Serviço Operacional, foi calculado o coeficiente alpha de Cronbach, medida esta de fiabilidade interna, que verifica a coerência entre itens pertencentes a uma escala ou dimensão de análise. Esta análise foi aplicada aos blocos de questão relativas ao Blusão Policial, Polo de Manga Comprida, Polo de Manga Curta, Calça de Serviço Operacional e Barrete Operacional.

Relativamente à análise inferencial, a escolha dos testes teve em consideração a natureza das variáveis, o tipo de escala utilizada, pretendendo-se sempre testar as hipóteses de investigação (Marôco, 2021).

A nível de comparações entre dois grupos independentes, recorreu-se ao teste de Mann-Whitney, para comparação entre três ou mais grupos independentes utilizou-se o teste de Kruskal-Wallis e, para analisar associações entre variáveis ordinais ou não normalmente distribuídas, recorreu-se ao coeficiente de correlação de Spearman.

Para comparação da avaliação dos diferentes artigos do USO nas dimensões funcionais consideradas, foi utilizado o teste de Friedman, adequado à comparação de medidas relacionadas, uma vez que os participantes avaliaram os diferentes artigos consoante os mesmos critérios de avaliação. Por sua vez, para analisar a associação entre as vertentes avaliadas e a satisfação global com o USO, recorreu-se ao coeficiente de correlação de Pearson, através das médias compostas das diferentes dimensões funcionais analisadas.

A interpretação dos dados inferenciais foi efetuada com base num nível de significância de $p < 0,05$, limiar amplamente utilizado em metodologia quantitativa para consideração de resultados estatisticamente significativos (Field, 2018). Em casos em que o $p < 0,001$, existe um nível de significância mais claro, representante de uma probabilidade ainda menor de os resultados observados ocorrerem por acaso.

Por fim, os procedimentos estatísticos adotados permitiram testar as hipóteses formuladas previamente, assegurando uma articulação com os objetivos do estudo, a natureza dos dados recolhidos e a apresentação e análise dos dados.

4.5 Procedimentos

Numa primeira fase, procedeu-se à delimitação do objeto de estudo e à formulação da pergunta de investigação, seguindo-se da definição dos objetivos e da identificação das dimensões a observar. Com base no enquadramento teórico desenvolvido, foram selecionadas como dimensões centrais de análise o conforto em geral, o conforto sensorial, o conforto termofisiológico, o conforto ergonómico, o conforto psico-estético, a proteção e segurança, a durabilidade e a adequação ao serviço, de forma a traduzir estas dimensões em indicadores empíricos suscetíveis de serem recolhidos pelo questionário.

Numa segunda fase, procedeu-se à construção do instrumento de recolha de dados. O inquérito por questionário foi construído em função da pergunta de investigação e das dimensões funcionais previamente analisadas no enquadramento teórico, integrando uma secção de caracterização dos participantes, outra de avaliação específica das peças do uniforme e uma final de avaliação global do mesmo.

Ainda no âmbito da construção do instrumento, o questionário foi submetido à apreciação do orientador da presente dissertação, Professor Doutor Miguel Carvalho, que propôs alterações, com vista a aperfeiçoar as perguntas e garantir que o questionário se tornava o mais claro possível, sem prejudicar a tecnicidade do mesmo.

Posteriormente, o questionário foi sujeito a um pré-teste junto de um grupo de 10 polícias, com o objetivo de aferir a compreensão de todos os itens e a duração previsível do preenchimento do questionário. Neste sentido, não foram identificadas dificuldades relevantes, não havendo assim a necessidade de alterações substanciais à estrutura deste instrumento, sendo assim o mesmo finalizado com a sua transposição para *Google Forms*.

Após a conclusão da elaboração do questionário em formato digital, foi enviado um pedido de autorização de aplicação de questionário ao Exmo. Sr. Diretor Nacional Adjunto, para a Unidade Orgânica de Recursos Humanos, Superintendente-chefe Ismael Pereira Gaspar Jorge, obtendo-se assim a aprovação formal necessária.

No seguimento, o Departamento de Formação da Direção Nacional da PSP difundiu o questionário por todos os polícias da PSP, delimitando a adesão àqueles que utilizam o Uniforme de Serviço Operacional, no exercício das suas funções.

A recolha de dados iniciou-se a 11 de março de 2026 e decorreu até 13 de abril de 2026, data em que o questionário foi fechado a respostas. Durante este período, a divulgação

do instrumento foi reforçada, com vista a uma forte adesão, para a obtenção de uma participação expressiva.

A participação assumiu carácter voluntário, anónimo e confidencial, sendo a informação recolhida utilizada exclusivamente para fins académicos e científicos. O preenchimento do questionário foi realizado de forma autónoma pelos participantes, através da plataforma *Google Forms*, tendo o instrumento incluído, uma nota introdutória para enquadramento da presente investigação.

Apenas os participantes que declaram utilizar o Uniforme de Serviço Operacional e que prestam o seu consentimento informado puderam prosseguir com o preenchimento deste inquérito por questionário, sendo assim os restantes excluídos, por não cumprirem os requisitos de elegibilidade definidos para o presente estudo.

Depois de recolhidos, os dados foram organizados e preparados para análise. Nessa fase, procedeu-se à codificação das variáveis, uniformizando-se assim todas as categorias de resposta, para garantir a adequação da base de dados ao tratamento estatístico.

Por fim, os dados foram analisados com vista à caracterização da amostra e à avaliação das diferentes dimensões funcionais do uniforme, permitindo descrever as perceções dos participantes, identificar níveis de concordância e apurar eventuais impactos da caracterização da amostra nas respostas obtidas.

Capítulo V - Apresentação e Discussão de Resultados

5.1 Caraterização dos Participantes

O presente estudo é constituído por um total de 1101 polícias da Polícia de Segurança Pública, todos utilizadores do Uniforme de Serviço Operacional. A caraterização dos participantes assume particular relevância analítica, sendo que a perceção do USO pode variar em função de todos os fatores elencados, que se distribuem da seguinte forma:

Tabela 1

Caraterização da amostra

Variável	n	%	M	DP	Mo	Min	Máx
Sexo							
Masculino	1003	91,1					
Feminino	98	8,9					
Idade							
18-29 anos	167	15,2					
30-39 anos	255	23,2					
40-49 anos	331	30,1					
50 ou mais	348	31,6					
Altura (cm)							
Estatísticas descritivas	1101		176,14	6,23	180	160	196
Massa corporal (kg)							
Estatísticas descritivas	1101		81,54	12,03	80	37	178
Tempo de serviço							
Até 5 anos	192	17,4					
6-10 anos	109	9,9					
11-20 anos	222	20,2					
Mais de 20 anos	578	52,5					
Funções desempenhadas							
Atividade Operacional	905	82,2					
Apoio à Atividade Operacional	196	17,8					
Postura predominante em serviço							
Sentado	241	21,9					
Em pé	174	15,8					
Alternadamente, sentado e em pé	686	62,3					
Forma Corporal							
Triângulo	100	9,1					
Triângulo invertido	276	25,1					
Oval	217	19,7					
Retângulo	385	35,0					
Ampulheta	123	11,2					

Nota: n = frequência absoluta; % = frequência relativa; M = média; DP = desvio-padrão; Mo = moda; Min = mínimo; Máx = máximo.

Tal como se observa na Tabela 1, verifica-se uma preponderância de participantes do sexo masculino ($n = 1003$; 91,1%), em comparação com o sexo feminino ($n = 98$; 8,9%), valores estes muito próximos dos valores relativos da própria PSP, em termos de polícias, segundo o Balanço Social de 2025 (Anexo III). No que diz respeito à idade, a distribuição revelou maior concentração nos participantes com 50 ou mais anos ($n = 348$; 31,6%), seguindo-se do escalão entre os 40 e os 49 anos ($n = 331$; 30,1%), 30 a 39 anos ($n = 255$; 23,2%) e, por fim, 18 a 29 anos ($n = 167$; 15,2%).

Relativamente às variáveis antropométricas, a altura média dos participantes foi de 176,14 cm ($DP = 6,23$), com valores compreendidos entre 160 cm e 196 cm. Já a massa corporal média foi de 81,54 kg ($DP = 12,03$), com valores compreendidos entre os 37 kg e 178 kg. Estas variáveis relacionam-se diretamente com o conforto ergonómico das peças de vestuário e, portanto, representam um papel importante neste estudo.

Quanto à forma do corpo, a categoria retângulo ($n = 385$; 35,0%) foi a mais expressiva, seguida de triângulo invertido ($n = 276$; 25,1%), oval ($n = 217$; 19,7%), ampulheta ($n = 123$; 11,2%) e triângulo ($n = 100$; 9,1%). Este aspeto torna-se importante para interpretar os resultados do ajuste e adequação às diferentes morfologias corporais, que constituem um papel importante na análise à satisfação com o vestuário.

No que refere ao tempo de serviço, verificou-se o predomínio de participantes com mais de 20 anos de serviço ($n = 578$; 52,5%), distribuindo-se os restantes pelos escalões de 11 a 20 anos ($n = 222$; 20,2%), até 5 anos ($n = 192$; 17,4%) e 6 a 10 anos ($n = 109$; 9,9%). Estes dados revelam uma vasta experiência profissional dos participantes, na grande maioria dos casos, o que permite a formulação de apreciações sustentadas na experiência acumulada ao longo da carreira.

Por fim, no plano profissional, a maioria dos participantes desempenha funções na atividade operacional ($n = 905$; 82,2%), enquanto os restantes se distribuem pelas funções de apoio à atividade operacional ($n = 196$; 17,8%). Quanto à postura durante o serviço, a maioria dos polícias referiu estar alternadamente entre a posição de sentado e em pé ($n = 686$; 62,3%), seguindo-se da posição sentado ($n = 241$; 21,9%) e, por fim, a posição em pé ($n = 174$; 15,8%). Estes dados evidenciam uma diversidade de contextos de utilização do USO, o que reforça a necessidade de o analisar enquanto uma ferramenta funcional sujeita a vários tipos de solicitações.

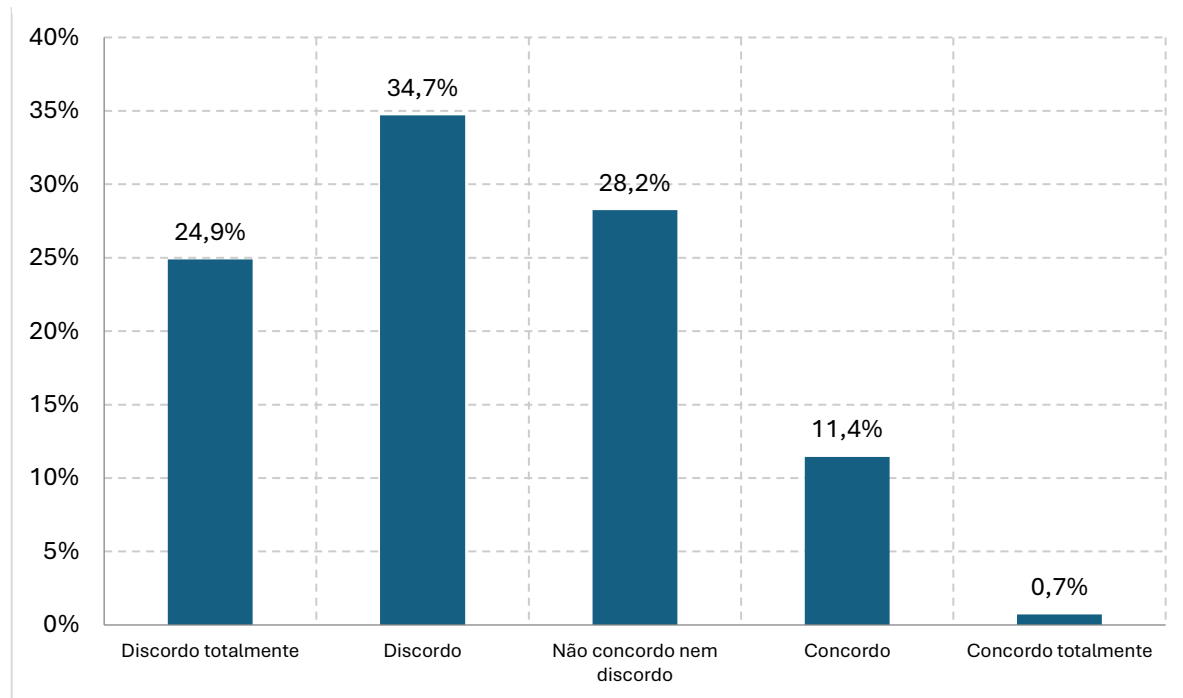
Em síntese, a amostra analisada caracteriza-se por uma preponderância de polícias do sexo masculino, com idades concentradas nos escalões superiores, com vasta experiência profissional na área de serviço operacional.

5.2 Satisfação Global com o Uniforme de Serviço Operacional

A satisfação global com o Uniforme de Serviço Operacional foi avaliada através de uma questão de resposta variável entre “Discordo totalmente” e “Concordo totalmente”, através de uma escala de Likert, obtendo-se as seguintes respostas:

Figura 3

Distribuição da satisfação global com o USO



A análise da distribuição de respostas a esta questão evidencia uma apreciação predominantemente desfavorável relativamente ao USO. As categorias de resposta mais frequentemente assinaladas, situam-se nos níveis inferiores da escala, verificando-se 24,9 % (n = 274) a assinalar a opção “Discordo totalmente” e 34,7% (n = 382) a assinalar a opção “Discordo”. A soma destas duas categorias representa um total de 59,6% das respostas a esta questão, o que evidencia uma maioria dos inquiridos não satisfeita com este uniforme.

Por sua vez, 28,2% (n = 311) dos participantes selecionou a opção “Não concordo, nem discordo”, revelando uma atitude de neutralidade, enquanto 11,4% (n = 126) indicaram

a opção “Concordo” e 0,7% (n = 8) “Concordo totalmente”, perfazendo um total de 12,1% de respostas favoráveis.

A tendência destes dados é corroborada pela média apresentada, que corresponde a 2,28, considerando a escala de 1 a 5 destas respostas, valor este claramente inferior ao ponto médio da escala. O desvio-padrão apresentado é de 0,99, o que revela alguma dispersão nas respostas, que mesmo assim, não coloca em risco a orientação geral da distribuição de respostas, que se situa concentrada nos níveis abaixo da escala.

Estes resultados sugerem que a percepção global do uniforme não se aproxima de uma posição de neutralidade, mas antes de um quadro de insatisfação. Desta forma, é possível responder diretamente à H1, segundo a qual a satisfação global dos polícias da PSP relativamente ao USO apresenta uma tendência predominantemente desfavorável.

Considerando a concentração maioritária das respostas nos níveis inferiores da escala de satisfação, bem como a média global situada consideravelmente abaixo do ponto médio, verifica-se a H1, na medida em que estes dados evidenciam uma tendência global de insatisfação relativamente a este uniforme.

Mesmo assim, este fenómeno não deve ser entendido como homogêneo entre todos os participantes. Com isto, torna-se necessário uma abordagem em articulação com as variáveis de caracterização da amostra, que são relevantes neste sentido, designadamente, o sexo, a idade, o tempo de serviço, as funções desempenhadas, a postura predominante durante o serviço e a forma corporal.

Para aprofundar a leitura da satisfação global com o USO, é importante analisar a variação da mesma conforme as características demográficas dos participantes. De modo a estabelecer estas comparações, utilizou-se o teste de Mann-Whitney para o sexo e para as funções desempenhadas, por possuírem apenas duas categorias e ao teste de Kruskal-Wallis na idade, forma corporal, tempo de serviço e postura predominante durante o serviço, por possuir três ou mais categorias de resposta. Para efeitos de interpretação estatística, o valor de nível de significância foi considerado o de $p < 0,05$. Assim, valores inferiores a este indicam diferenças estatisticamente significativas entre os grupos e análise.

A tabela seguinte apresenta a distribuição da satisfação global segundo o sexo, a idade e a forma corporal, permitindo assim a identificação de eventuais diferenças entre os diferentes grupos.

Tabela 2*Satisfação global segundo variáveis demográficas*

Variável	Categoria	n	%	M	DP
Sexo	Masculino	1003	91,1	2,28	0,99
	Feminino	98	8,9	2,34	0,97
Idade	18–29 anos	167	15,2	2,23	0,96
	30–39 anos	255	23,2	2,16	0,94
	40–49 anos	331	30,1	2,24	1,04
	50 ou mais	348	31,6	2,44	0,96
Forma corporal	Triângulo	100	9,1	2,37	1,12
	Triângulo invertido	276	25,1	2,20	0,99
	Oval	217	19,7	2,32	0,93
	Retângulo	385	35,0	2,30	0,99
	Ampulheta	123	11,2	2,30	0,96

Nota. n = frequência absoluta; % = frequência relativa; M = média; DP = desvio-padrão.

Relativamente ao sexo, segundo as informações retiradas a partir das respostas dos participantes, não se verificam diferenças estatisticamente relevantes, sendo que o $p = 0,505$. Os participantes do sexo masculino apresentam uma média de satisfação global de 2,28 ($DP = 0,99$), enquanto os participantes do sexo feminino apresentam uma média de 2,34 ($DP = 0,97$). Embora exista uma ligeira diferença entre os dois valores, esta não assume uma relevância estatística, pelo que assim se conclui que o sexo não influencia a perceção global de satisfação com o USO.

No que compete à idade, observam-se diferenças estatisticamente significativas, com um $p = 0,004$. Os participantes com 50 ou mais anos apresentam uma média de satisfação mais elevada, de 2,44 ($DP = 0,96$), enquanto o grupo entre os 30 e os 39 apresenta o resultado mais baixo de todos com uma média de 2,16 ($DP = 0,94$). Os grupos que situam entre os 18 e os 29 anos e 40 e os 49 anos registaram médias bastante próximas, de 2,23 e 2,24, respetivamente.

A forma do corpo dos participantes, não influencia a satisfação global das peças, obtendo-se um valor de $p = 0,554$, que não atribui significância estatística a estas variações. Mesmo assim, é possível observar algumas oscilações entre categorias, com o grupo que se identifica com a categoria triângulo a apresentar a média mais elevada, com 2,37 e o grupo que assinalou a categoria triângulo invertido a apresentar a média mais baixa, de 2,20. Os restantes grupos, oval, retângulo e ampulheta, apresentam valores bastante próximos entre si mesmos, situando-se as suas médias entre 2,30 e 2,32. Mesmo existindo algumas

diferenças, estas não permitem sustentar qualquer ideia de existência de variação consoante a forma do corpo.

Sintetizando a Tabela 2, demonstra-se que, entre estas variáveis demográficas, apenas a idade apresentou diferenças estatisticamente relevantes na satisfação global com o Uniforme de Serviço Operacional.

Para além das variáveis demográficas, importa também analisar as variáveis que condizem à caracterização profissional. A tabela seguinte vai apresentar a satisfação global com o uniforme, segundo o tempo de serviço, as funções desempenhadas e a postura predominante durante o exercício das funções.

Tabela 3

Satisfação global segundo variáveis profissionais

Variável	Categoria	n	%	M	DP
Tempo de serviço	Até 5 anos	192	17,4	2,19	0,93
	6–10 anos	109	9,9	2,04	0,96
	11–20 anos	222	20,2	2,14	0,97
	Mais de 20 anos	578	52,5	2,42	1,00
Funções desempenhadas	Atividade Operacional	905	82,2	2,23	0,98
	Apoio à Atividade Operacional	196	17,8	2,53	1,00
Postura predominante durante o serviço	Sentado	241	21,9	2,56	1,00
	Em pé	174	15,8	2,05	0,92
	Alternadamente, sentado e em pé	686	62,3	2,25	0,98

Nota. n = frequência absoluta; % = frequência relativa; M = média; DP = desvio-padrão.

Em primeiro lugar, o tempo de serviço evidencia a existência de diferenças estatisticamente significativas, com um $p < 0,001$. Os participantes com mais de 20 anos de serviço apresentaram uma média de satisfação de 2,42, a mais elevada das categorias relativas ao tempo de serviço, contrastando com os participantes entre os 6 e os 10 anos de serviço, que apresentam a média mais baixa de 2,04. O grupo que se situa até aos 5 anos de serviço e entre 11 e 20 anos apresentam as médias de 2,19 e 2,14, respetivamente. Este padrão sugere que os participantes com maior antiguidade apresentam uma apreciação menos negativa da satisfação global.

Relativamente às funções desempenhadas, verificam-se igualmente diferenças estatisticamente significativas, $p < 0,001$. Os participantes que exercem funções na área de apoio à atividade operacional apresentam uma média de satisfação superior, de 2,53, comparativamente com os que desempenham funções na atividade operacional que apresentam uma média de 2,23. Estes resultados assumem uma importância especialmente relevante, na medida em que, aqueles que se encontram mais diretamente expostos aos riscos e às exigências físicas e funcionais do serviço policial, apresentam valores significativamente inferiores.

No mesmo sentido, importa também analisar a postura predominante durante o serviço, que apresentou um $p < 0,001$, o que pressupõe diferenças relevantes entre as respostas dos participantes. Os polícias que trabalham maioritariamente sentados apresentam a média mais elevada, de 2,56, seguidos daqueles que alternam entre a posição de sentado e em pé ($M = 2,25$). Em contrapartida, os polícias que passam maioritariamente os seus turnos de serviço em pé revelam uma média de 2,05, bastante inferior às demais. Estes resultados permitem aferir que a postura predominante durante o serviço é também um fator essencial para uma análise funcional do USO, sendo que é possível, aferir que quanto maior a exigência das seguintes posições, mais a apreciação será desfavorável quanto à satisfação global com o uniforme.

De uma maneira geral, a Tabela 3 demonstra que a satisfação global com o USO varia de forma significativa em função das variáveis profissionais analisadas. Então, o tempo de serviço, as funções desempenhadas e a postura predominante durante o serviço assumem dimensões relevantes para compreender a forma como os participantes avaliam o uniforme. Os resultados obtidos nesta matéria, revelam que os grupos mais expostos às exigências práticas do serviço operacional tendem a manifestar níveis de satisfação mais baixos.

Deste modo, analisando a satisfação global em função das características da amostra, é possível verificar, que esta varia em função da idade, tempo de serviço, das funções desempenhadas e da postura predominante durante o serviço. Em sentido contrário, não foram observadas diferenças significativas em função do sexo, nem da forma corporal, o que permite confirmar parcialmente a H1a, uma vez que só algumas variáveis analisadas revelaram diferenças significativas, quando relacionadas com a satisfação global.

5.3 Análise das Dimensões Funcionais

A avaliação dos diferentes artigos do Uniforme de Serviço Operacional foi realizada a partir de uma série de critérios comuns, que permitem comparar diretamente o modo como cada dimensão funcional do vestuário se articula em cada uma das peças. Para esse efeito, recorreu-se ao teste de Friedman, uma vez que os participantes, utilizaram os mesmos critérios para avaliar as diferentes peças do USO.

Tabela 4

Teste de Friedman nas vertentes funcionais

Vertente	χ^2	gl	P
Conforto em geral	1151,54	4	< 0,001
Liberdade de movimentos	1143,98	4	< 0,001
Resistência ao uso e às lavagens	571,19	4	< 0,001
Ajuste ao corpo	361,68	4	< 0,001
Segurança	680,24	4	< 0,001

Nota: χ^2 = Qui-quadrado; gl = graus de liberdade; p = nível de significância.

A análise do teste de Friedman evidencia que, em todas as vertentes consideradas existem diferenças estatisticamente significativas entre os diferentes artigos do Uniforme de Serviço Operacional ($p < 0,001$). Este teste, permite então concluir que as peças do USO não são percecionadas de forma equivalente, mesmo dentro de cada vertente, sendo por isso adequada uma análise variável a variável.

A tabela que se segue é referente a avaliação dos diferentes artigos dentro da dimensão do conforto em geral durante o serviço.

Tabela 5

Avaliação do conforto em geral

Artigo	M	DP
Blusão Policial	3,25	1,12
Polo de Manga Comprida	3,36	1,13
Polo de Manga Curta	3,53	1,07
Calça de Serviço Operacional	3,21	1,21
Barrete Operacional	2,15	1,20

Nota: M = média; DP = desvio-padrão.

O artigo que gera mais satisfação neste ponto é o Polo de Manga Curta, com uma média de 3,53, seguindo-se do Polo de Manga Comprida ($M = 3,36$) e do Blusão Policial (M

= 3,25). A Calça de Serviço Operacional apresentou um valor também próximo as restantes peças do uniforme, com 3,21 de média, ainda que com uma dispersão de respostas ligeiramente superior. No entanto, o Barrete Operacional foi claramente o artigo menos favoravelmente avaliado nesta dimensão, com uma média de apenas 2,15.

Com estes dados da Tabela 5, percebemos que existe não existe uma homogeneidade entre as diferentes peças do USO, concentrando respostas significativamente menos favoráveis quanto à peça de cobertura da cabeça.

A tabela seguinte sintetiza a avaliação da liberdade de movimentos proporcionada durante o exercício das funções, consoante as diferentes peças do USO.

Tabela 6

Avaliação da liberdade de movimentos

Artigo	M	DP
Blusão Policial	3,15	1,08
Polo de Manga Comprida	3,63	0,99
Polo de Manga Curta	3,73	0,97
Calça de Serviço Operacional	3,30	1,15
Barrete Operacional	2,45	1,27

Nota: M = média; DP = desvio-padrão.

O Polo de Manga Curta foi o artigo que obteve uma média mais elevada, de 3,73, seguido do Polo de Manga Comprida (M = 3,63). A Calça de Serviço Operacional apresenta uma média intermédia, de 3,30, enquanto o Blusão Policial revelou um valor ligeiramente inferior, de 3,15. À semelhança do observado no conforto geral, o Barrete Operacional foi o artigo menos bem avaliado nesta dimensão (M = 2,45).

A análise dos dados da Tabela 6, demonstra que os participantes tendem a perceber maior liberdade de movimentos nos polos, sobretudo no de manga curta. Em sentido inverso, o Barrete de Operacional volta a destacar-se negativamente, evidenciando uma perceção menos favorável nesta dimensão.

A tabela que se segue, pretende avaliar a questão da durabilidade das diferentes peças de vestuário, através de duas vertentes essenciais a resistência ao uso e às lavagens.

Tabela 7*Avaliação da resistência ao uso e às lavagens*

Artigo	M	DP
Blusão Policial	2,42	1,18
Polo de Manga Comprida	1,72	0,96
Polo de Manga Curta	1,76	0,99
Calça de Serviço Operacional	2,21	1,21
Barrete Operacional	2,16	1,15

Nota: M = média; DP = desvio-padrão.

Para a resistência adequada ao uso e às lavagens existe uma tendência mais desfavorável do que nas dimensões anteriores. Numa tendência geral, os valores obtidos são bastante desfavoráveis. O artigo com melhor avaliação neste sentido é o Blusão Policial ($M = 2,42$), embora esteja abaixo do valor intermédio da escala, seguindo-se a Calça de Serviço Operacional ($M = 2,21$) e o Barrete de Serviço Operacional ($M = 2,16$). Ao contrário da variável anterior, o Polo de Manga Curta e o Polo de Manga Comprida representaram as médias mais baixas, de 1,76 e 1,72, respetivamente.

Os valores da Tabela 7 revelam uma apreciação bastante crítica da durabilidade dos artigos do Uniforme de Serviço Operacional, nomeadamente no que diz respeito à resistência ao uso e às lavagens, especialmente nos polos, que surgem como as peças menos duráveis na perceção dos participantes.

A tabela que se segue pretende avaliar a perceção dos participantes quanto ao ajuste ao corpo proporcionado pelos diferentes artigos do USO.

Tabela 8*Avaliação do ajuste ao corpo*

Artigo	M	DP
Blusão Policial	2,65	1,16
Polo de Manga Comprida	2,78	1,24
Polo de Manga Curta	2,96	1,24
Calça de Serviço Operacional	2,96	1,24
Barrete Operacional	2,28	1,24

Nota. M = média; DP = desvio-padrão.

Esta dimensão funcional do uniforme também confere a ideia de valores médio genericamente moderados ou baixos. Os valores mais elevados foram registados pelo Polo

de Manga Curta e pela Calça de Serviço Operacional, ambos com uma média de 2,96. De seguida, o Polo de Manga Comprida e o Blusão Policial, com valores de 2,78 e 2,65, respetivamente. Mais uma vez, o Barrete Operacional apresenta a média mais baixa, com 2,28.

Através da leitura da Tabela 8 percebemos que nenhum dos artigos atinge uma avaliação francamente positiva, mesmo os melhores avaliados estando abaixo do ponto médio da escala. Neste sentido, existe uma opinião mais moderada sobre a dimensão do ajuste adequado ao corpo nos valores mais elevados e baixa nos restantes.

A tabela que se segue, propõe-se a apresentar a avaliação dos diferentes artigos quanto à segurança, medida através do não comprometimento da segurança dos seus utilizadores.

Tabela 9

Avaliação da segurança

Artigo	M	DP
Blusão Policial	3,07	1,11
Polo de Manga Comprida	3,26	1,19
Polo de Manga Curta	3,30	1,20
Calça de Serviço Operacional	3,11	1,26
Barrete Operacional	2,39	1,27

Nota. M = média; DP = desvio-padrão.

O Polo de Manga Curta volta nesta dimensão a apresentar a média mais elevada, de 3,30, seguido do Polo de Manga Comprida (M = 3,26). A calça de Serviço Operacional e o Blusão Policial, registaram valores bastante próximos, de 3,11 e 3,07, respetivamente. Por outro lado, o Barrete Operacional voltou a evidenciar a média mais baixa, de 2,39.

Segundo os dados da Tabela 9, a perceção de segurança associada aos artigos do USO revela-se globalmente mais favorável da observada na resistência ao uso e às lavagens e no ajuste adequado ao corpo, mesmo sem ter valores particularmente elevados. Os polos voltam a ser os artigos mais bem avaliados nesta vertente, enquanto o barrete, volta a assumir as opiniões mais desfavoráveis.

Para além das dimensões anteriormente analisadas, importa considerar o conforto termofisiológico do Uniforme de Serviço Operacional, que neste contexto foi medido através das variações deste uniforme, o USO 1, 2 e 3. Neste sentido, a tabela seguinte mostra as

médias de respostas, numa escala de 1 a 5, segundo a adequação de cada uma dessas variações às estações do ano em que elas são utilizadas.

Tabela 10

Avaliação da adequação ao clima

Variável	M	DP
USO 1 adequado ao inverno	2,51	1,20
USO 2 adequado à meia estação	2,95	1,12
USO 3 adequado ao verão	2,95	1,22

Nota: M = média; DP = desvio-padrão.

A avaliação mais desfavorável foi observada na adequação do USO 1 às condições de inverno, que registou a média de 2,51 e um desvio-padrão de 1,20. Por sua vez, a adequação do USO 2 à meia estação e a adequação do USO 3 ao verão, registaram exatamente o mesmo valor de média, sendo 2,95, com um desvio-padrão moderado de 1,12 e 1,22, respetivamente.

A leitura da Tabela 10 pressupõe uma considerável diferença entre valores, sendo que relativamente ao USO 1 os participantes consideram no fundo que este não é satisfatório para cobrir as necessidades térmicas do inverno. Relativamente ao USO 2 e 3, aproximam-se do valor médio da escala, sendo assim a opinião moderada, no que toca ao seu conforto termofisiológico.

Para complementar a análise, procede-se à apreciação de dois indicadores, em que o Uniforme de Serviço Operacional é avaliado como um todo, e não por artigos, individualmente. A tabela seguinte apresenta, para cada um dos indicadores analisados, os respetivos valores médios e desvios-padrão.

Tabela 11

Avaliação de variáveis gerais USO

Variável	M	DP
Adequação às exigências físicas da atividade policial	2,39	1,12
Reforça a confiança e sentimento de pertença à PSP	2,45	1,15

A leitura da Tabela 11 permite verificar, em todas as dimensões avaliadas, valores médios representantes de uma avaliação pouco favorável do Uniforme de Serviço Operacional, enquanto conjunto.

A adequação às exigências físicas da atividade policial surge como a dimensão mais desfavorável de todas as avaliadas ($M = 2,39$), o que pressupõe que os participantes tendem a considerar que o USO não responde de forma plena às suas solicitações físicas associadas à missão policial.

A aparência visual do uniforme, nomeadamente na sua forma de reforçar de confiança e o sentimento de pertença à PSP, obteve respostas globalmente desfavoráveis, através de um valor médio de 2,45, com 1,15 de desvio-padrão. Este valor revela uma opinião expressivamente desfavorável quanto à aparência do uniforme, nestas vertentes, o que torna possível compreender o USO, neste sentido, como uma ferramenta pouco valorizadora da identidade profissional.

No fundo, os dados da Tabela 11, apontam para uma perceção crítica dos participantes relativamente a estas dimensões estruturais do Uniforme de Serviço Operacional.

Desta forma, importa, portanto, estabelecer relações entre as diferentes variáveis avaliadas e a satisfação global com o Uniforme de Serviço Operacional. Assim sendo, recorreu-se ao coeficiente de correlação de Pearson, para se analisar a direção e a intensidade das relações entre estas variáveis quantitativas, com a utilização dos valores médios de cada variável.

Tabela 12

Correlação de Pearson

Vertente	<i>r</i>	<i>p</i>
Conforto em geral	0,647	< 0,001
Liberdade de movimentos	0,588	< 0,001
Resistência ao uso e às lavagens	0,574	< 0,001
Ajuste ao corpo	0,621	< 0,001
Segurança	0,576	< 0,001
Adequação ao clima	0,536	< 0,001
Adequação às exigências físicas da atividade policial	0,656	< 0,001
Confiança e sentimento de pertença	0,666	< 0,001

Nota. r = coeficiente de correlação de Pearson; p = nível de significância estatística.

Os resultados da aplicação da correlação de Pearson indicam correlações positivas e estatisticamente significativas, dentro da relação entre todas as vertentes funcionais avaliadas e a satisfação global, verificando-se em todos os casos, $p < 0,001$. Estes resultados indicam que as avaliações mais favoráveis em todas as dimensões tendem a associar-se com níveis superiores de satisfação global.

Entre as dimensões funcionais analisadas, as associações mais fortes foram observadas relativamente à confiança e sentimento de pertença ($r = 0,666$), à adequação às exigências físicas da atividade policial ($r = 0,656$) e ao conforto geral ($r = 0,647$). Estes resultados revelam que, em larga medida, a satisfação global do uniforme, não depende apenas da perceção global de conforto, mas também da forma como o uniforme se adequa às exigências físicas da atividade policial e de como a sua aparência visual contribui para a confiança e sentimento de pertença à Polícia de Segurança Pública.

A análise das restantes vertentes, também verifica associações positivas com a satisfação global, o que demonstra que elas contribuem, em maior ou menor grau, para a avaliação global do USO. Neste contexto, o ajuste ao corpo ($r = 0,621$) foi a que mais se destacou, aproximando-se das anteriormente discutidas, enquanto a associação menos intensa foi registada relativamente à adequação ao clima ($r = 0,536$), embora se situe mesmo assim num nível moderadamente forte.

Os dados da Tabela 12 permitem concluir que a satisfação global com o uniforme não depende apenas de uma única dimensão isolada, mas antes de um conjunto articulado de fatores. Ainda assim, algumas dimensões funcionais parecem assumir um papel particularmente relevante, como o conforto em geral, a adequação às exigências físicas e a aparência visual, como reforço da confiança e sentimento de pertença.

Os resultados obtidos, permitem confirmar a H2, segundo a qual as diferentes vertentes funcionais do USO se associam de forma significativa com a satisfação global do uniforme. Todas as correlações analisadas revelaram relações positivas e estatisticamente significativas, o que indica precisamente que as avaliações mais favoráveis nas diferentes vertentes tendem a corresponder a melhores valores na satisfação global do USO, sendo assim a H2 confirmada.

5.4 Numeração e Tamanhos do USO

Para além das dimensões funcionais anteriormente analisadas, considerou-se pertinente abordar dois indicadores relacionados com a adequação antropométrica do USO. Estes indicadores assumem particular relevância, na medida em que a numeração e os tamanhos do vestuário também entram na vertente do conforto ergonómico, sendo importante que sejam garantidas condições para todo o tipo de corpos.

Tabela 13

Avaliação da numeração e tamanhos do USO

Variável	M	DP
Numeração corresponde às peças do quotidiano	2,46	1,11
Tamanho adequado à forma e medidas do corpo	2,45	1,12

Nota: M = média; DP = desvio-padrão.

A perceção de numeração correspondente às peças habitualmente usadas no dia a dia e a adequação dos tamanhos à forma e medidas do corpo dos participantes, foram também vertentes penalizadas pela avaliação dos polícias, com valores de 2,46 e 2,45, respetivamente. Estes valores, demonstram dificuldades, por parte dos polícias, de identificarem uma numeração disponibilizada que se aproxime daquela que habitualmente utilizam para as peças do seu quotidiano e para além disso, em encontrarem nos tamanhos fornecidos uma resposta para as medidas e forma do seu corpo.

Atendendo à natureza destas variáveis, procedeu-se a uma análise em função de algumas características da amostra, sociodemográficas e antropométricas, que podem relevar para estas perceções. Para o efeito, recorreu-se ao teste de Mann-Whitney para a variável sexo, ao teste de Kruskal-Wallis para a forma do corpo e ao coeficiente de correlação de Spearman para a altura e a massa corporal.

Tabela 14*Nível de significância estatística*

Variável	Caraterização	Teste	<i>p</i>
Numeração corresponde às peças do quotidiano	Sexo	Mann-Whitney	0,033
	Forma corporal	Kruskal-Wallis	0,504
	Altura	Spearman	0,427
	Massa corporal		0,702
Tamanho adequado à forma e medidas do corpo	Sexo	Mann-Whitney	< 0,001
	Forma corporal	Kruskal-Wallis	0,219
	Altura	Spearman	0,109
	Massa corporal		0,007

Nota. p = nível de significância estatística.

No que diz respeito à variável relativa à numeração corresponder às peças habitualmente utilizadas no quotidiano, verificaram-se diferenças significativas em função do sexo dos participantes, com um $p = 0,033$. As restantes variáveis não obtiveram diferenças estatisticamente significativas.

Relativamente ao tamanho do uniforme se adequar à forma e medidas do corpo, verificaram-se diferenças estatisticamente significativas em função do sexo também, com um $p < 0,001$, bem como relativamente à massa corporal ($p = 0,007$). A forma corporal e a altura não evidenciaram relação estatisticamente relevante com esta variável.

Embora a massa corporal tenha registado uma associação estatisticamente significativa, a sua intensidade revelou-se fraca ($r_s = 0,081$), o que não permite estabelecer uma relação forte e evidente relativamente a esta variável.

Tabela 15*Médias da numeração e dos tamanhos relativamente ao sexo*

Variável	Categoria	Numeração M (DP)	Tamanho M (DP)
Sexo	Masculino	2,48 (1,11)	2,49 (1,11)
	Feminino	2,23 (1,08)	2,07 (1,10)

Nota: M = média; DP = desvio-padrão.

No que respeita à numeração do vestuário, os participantes do sexo masculino apresentaram uma média superior ($M = 2,48$) comparativamente com os do sexo feminino ($M = 2,23$), o que corresponde a uma perceção por parte das participantes para um desfasamento entre a numeração que habitualmente utilizam e a numeração das peças do uniforme.

Quanto ao tamanho do uniforme se adequar à forma e às medidas do corpo, verifica-se igualmente uma diferença entre sexos, com os participantes do sexo masculino, mais uma vez, a apresentarem um valor superior ($M = 2,49$) relativamente aos do sexo feminino ($M = 2,07$). Estes resultados voltam a reforçar a diferença entre sexos no panorama da numeração e tamanhos do uniforme, na vertente de se diferenciarem dos habitualmente usados pelos participantes e na medida em que não se adequam à forma e medidas dos corpos dos mesmos.

Em síntese, os resultados obtidos permitem concluir que a perceção da numeração e tamanhos do USO constitui uma dimensão crítica deste uniforme. As discrepâncias maiores são evidentes relativamente ao sexo dos participantes, que apresenta dados bastante distintos.

Desta forma, a H3 é parcialmente confirmada, sendo que a perceção da numeração e dos tamanhos do USO varia em função do sexo, e de forma limitada da massa corporal, apesar de não o fazer em função da forma corporal nem da altura do participante.

5.5 Análise dos Artigos do USO

Tendo identificado a relação entre as diferentes vertentes funcionais e a satisfação global com o Uniforme de Serviço Operacional, importa agora analisar as diferentes peças que o compõem, para verificar a avaliação concreta que cada uma dessas peças possui.

Com o objetivo de avaliar a consistência interna dos blocos de questões associados a cada uma das peças do USO, procedeu-se ao cálculo do coeficiente alpha de Cronbach para o Blusão Policial, o Polo de Manga Comprida, o Polo de Manga Curta, a Calça de serviço Operacional e o Barrete Operacional.

Tabela 16

Alpha de Cronbach por peças do USO

Peça do uniforme	α de Cronbach
Blusão Policial	0,851
Polo de Manga Comprida	0,828
Polo de Manga Curta	0,833
Calça de Serviço Operacional	0,874
Barrete Operacional	0,882

Nota: Valor de α de Cronbach para cada peça.

Através da Tabela 16, é possível verificar, para todos os artigos do Uniforme de Serviço Operacional, valores acima do 0,80, o que revela uma consistência interna boa entre os itens que compõem cada bloco. Entre estes valores, verifica-se que o Barrete Operacional é a peça com o coeficiente mais elevado, seguindo-se da Calça de Serviço Operacional, com valores de 0,882 e 0,874, respetivamente.

De maneira a analisar globalmente cada artigo do USO, foi calculada a média das avaliações obtidas em cada artigo, considerando as dimensões analisadas no inquérito por questionário, o conforto em geral, a liberdade de movimentos, a resistência ao uso e às lavagens, o ajuste ao corpo e a segurança. Desta forma, foi possível sintetizar, de forma comparativa, a apreciação global de cada peça.

Tabela 17

Médias da satisfação por artigo do USO

Artigo	M
Blusão Policial	2,91
Polo de Manga Comprida	2,95
Polo de Manga Curta	3,06
Calça de Serviço Operacional	2,96
Barrete Operacional	2,29

Nota: M = média.

A leitura da Tabela 17 permite verificar que o Polo de Manga Curta apresenta a média mais elevada de todos os artigos do USO, com um valor de 3,06, sendo assim a peça globalmente mais bem avaliada pelos participantes. De seguida, surgem três artigos com valores muito próximos entre si, a Calça de Serviço Operacional ($M = 2,96$), o Polo de Manga Comprida ($M = 2,95$) e o Blusão Policial ($M = 2,91$), com apreciações intermédias relativamente à escala. Em último lugar, o Barrete Operacional regista a média mais baixa de todos os artigos avaliados, com um valor de 2,29, destacando-se claramente como a peça menos bem avaliada.

A análise destes dados permite confirmar a H4, segundo a qual os artigos que compõem o USO são avaliados de forma diferenciada nas várias dimensões funcionais avaliadas. A análise das médias globais pressupõe que os artigos que compõem o USO não possuem uma distribuição homogénea entre si, sendo que algumas peças aparentam pelos dados responder aos participantes de uma forma mais satisfatória, enquanto outras revelam maiores fragilidades. Assim, a H4 é confirmada.

Depois da análise detalhada dos diversos artigos do Uniforme de Serviço Operacional, importa também verificar a taxa de utilização dos artigos não exclusivos da PSP disponibilizados na Plataforma de Fardamento da PSP. Neste sentido, analisou-se a utilização da Bota Policial, das Peúgas Pretas, da Camisola Interior e da Camisola Interior de Gola.

Tabela 18

Utilização dos itens não exclusivos da PSP

Item	Sim n (%)	Não n (%)
Bota Policial	99 (9,0%)	1002 (91,0%)
Peúgas Pretas	122 (11,1%)	979 (88,9%)
Camisola Interior	140 (12,7%)	961 (87,3%)
Camisola Interior de Gola	423 (38,4%)	678 (61,6%)

Nota: N = 1101.

A leitura dos resultados da Tabela 18, evidencia uma adesão globalmente reduzida aos itens não exclusivos da PSP. Em todos os artigos considerados, a resposta mais frequentemente selecionada corresponde à não utilização dos mesmos, ainda que haja intensidades distintas entre os casos.

O item que apresenta uma expressão mais significativa quanto à sua taxa de utilização é a Camisola Interior de Gola, com 423 (38,4%) de participantes a responderem afirmativamente, enquanto 678 (61,6%) responderam não utilizar. Note-se que neste sentido, esta camisola é utilizada com o USO 1 ou USO 2, sob o Polo de Manga Comprida, constituindo mais uma camada de proteção contra as temperaturas mais baixas, em que são utilizados esses uniformes.

Os restantes artigos, registam níveis de utilização substancialmente mais baixos, com a camisola interior a ser utilizada por 140 participantes (12,7%), enquanto 961 (87,3%) não utilizam. Relativamente às peúgas pretas, 122 (11,1%) inquiridos responderam afirmativamente e 979 (88,9%) negativamente. Por fim, a Bota Policial, que constitui o artigo menos utilizado, entre os itens analisados, com 99 participantes (9%) a responderem utilizar, ao passo que 1002 (91%) afirmam não utilizar.

Estes dados da Tabela 18, mostram que os itens não exclusivos da PSP não parecem integrar, de forma generalizada, as práticas regulares de uso dos participantes, com uma exceção, a Camisola Interior de Gola. Com isto, os polícias utilizam outros artigos para o

mesmo efeito, que substituem os institucionais da Plataforma Oficial de Compra de Fardamento da PSP.

Os resultados obtidos permitem apreciar a H5, segundo a qual a maioria dos polícias da PSP não utiliza os artigos não exclusivos da PSP disponibilizados na Plataforma Oficial de Compra de Fardamento. A análise descritiva confirma esta hipótese, uma vez que em todos os artigos analisados, a resposta maioritária condiz com a não utilização destes produtos. Deste modo, a H5 é confirmada, evidenciando uma reduzida adesão aos artigos, embora haja diferenças entre artigos.

Capítulo VI – Conclusão

A presente dissertação de mestrado teve como objetivo avaliar o grau de satisfação dos polícias da Polícia de Segurança Pública relativamente ao Uniforme de Serviço Operacional. Neste sentido, procurou-se compreender a forma como este uniforme é percebido pelos seus utilizadores relativamente à sua vertente funcional.

A investigação procurou não só analisar a satisfação global com o USO, como também as dimensões funcionais que lhe estão associadas, a avaliação dos diferentes artigos que o compõem e a utilização dos artigos não exclusivos da PSP disponibilizados na Plataforma Oficial de Compra de Fardamento.

O presente estudo foi orientado pela pergunta de investigação: “Em que medida os polícias da Polícia de Segurança Pública estão satisfeitos com o Uniforme de Serviço Operacional e quais os fatores que influenciam essa satisfação?”. A resposta a esta questão permite concluir que a satisfação dos polícias relativamente ao USO apresenta uma tendência predominantemente desfavorável. Os resultados verificaram que a maioria dos participantes manifestou uma avaliação negativa relativamente à satisfação global com o uniforme, verificando-se uma concentração expressiva das respostas nos níveis inferiores da escala, tendência esta que foi reforçada pela média global obtida, situada consideravelmente abaixo do ponto média da escala de respostas. Assim, a percepção global do USO, por parte dos participantes, é maioritariamente negativa.

Esta conclusão assume particular relevância, uma vez que o USO, sendo um uniforme utilizado transversalmente no efetivo policial acompanha diariamente os polícias nos mais variados contextos de serviço. Por esse mesmo motivo, a insatisfação global identificada deve ser entendida como um indicador relevante da forma como os polícias avaliam esta ferramenta que contacta diretamente com o seu corpo.

A satisfação com o USO não se revelou, contudo, homogénea quando cruzada com as variáveis que caracterizam a amostra. Esta análise demonstrou a existência de diferenças estatisticamente significativas em função da idade, do tempo de serviço, das funções desempenhadas e da postura predominante durante o serviço. Os participantes com mais de 20 anos de serviço e os que desempenham funções de apoio à atividade operacional possuem percepções consideravelmente menos desfavoráveis. Enquanto isso, os polícias que se encontram mais diretamente expostos às exigências práticas do serviço policial, designadamente aqueles que exercem funções operacionais, principalmente os que

permanecem por mais tempo em pé, revelaram níveis de satisfação mais baixos. Estes resultados sugerem que a experiência concreta de utilização do uniforme, em contextos de maior exigência física e funcional, assume um papel relevante na forma como o USO é avaliado.

No que diz respeito às dimensões funcionais avaliadas, os resultados evidenciaram associações positivas e estatisticamente significativas entre todas as vertentes analisadas e a satisfação global com o uniforme. Esta evidência permite concluir que a satisfação global não depende de uma dimensão isolada, mas sim de um conjunto articulado de fatores relacionados com o conforto em geral, a liberdade de movimentos, a resistência ao uso e às lavagens, o ajuste ao corpo, a segurança, a adequação ao clima, a adequação às exigências físicas da atividade operacional e o aspeto visual, na medida em que reforça a confiança e o sentimento de pertença à PSP.

As dimensões que mais se destacam foram a aparência visual, no reforço da confiança e sentimento de pertença, a adequação às exigências físicas da atividade policial e o conforto geral, por apresentarem as associações mais fortes com a satisfação global. A primeira, foi a dimensão com associação mais forte, o que permite compreender que o uniforme, para além de vestir o polícia, contribui para a forma como este se reconhece profissionalmente, se sente representado pela instituição e percebe a sua própria apresentação no exercício das funções, variáveis estas relacionadas com o conforto psico-estético. Deste modo, a satisfação com o USO deve ser entendida numa perspetiva multidimensional, que envolve não apenas o desempenho técnico das peças, mas também o modo como estas sustentam a identidade profissional, a confiança e a dignidade simbólica da função policial.

A análise da numeração e dos tamanhos do USO revelou igualmente resultados relevantes. Os valores médios obtidos revelaram uma apreciação globalmente desfavorável relativamente à correspondência da numeração às peças habitualmente utilizadas no dia a dia e à adequação dos tamanhos à forma e medidas do corpo. Relativamente a ambos os aspetos, verificaram-se diferenças estatisticamente significativas em função do sexo, sendo que as participantes do sexo feminino foram aquelas que apresentaram médias mais desfavoráveis. Ainda se observou uma associação do mesmo tipo entre a massa corporal e a percepção de adequação do tamanho à forma e medidas do corpo, embora essa associação se tivesse revelado fraca. Por outro lado, a forma corporal e a altura não revelaram qualquer tipo de relevância estatística.

A menor satisfação manifestada pelas participantes do sexo feminino sugere que a numeração e os tamanhos disponíveis podem não responder de forma plenamente adequada à diversidade corporal existente no efetivo policial. Esta questão assume especial importância num uniforme utilizado transversalmente, uma vez que a sua adequação deve contemplar as diferentes morfologias e medidas corporais, evitando que determinados grupos se sintam mais prejudicados neste sentido.

A análise dos artigos que compõem o USO demonstrou que estes não são avaliados de forma homogénea. A análise peça a peça foi corroborada pela existência de diferenças estatisticamente significativas entre os artigos em todas as vertentes funcionais consideradas. Entre os artigos avaliados, o Polo de Manga Curta apresentou a média mais elevada, surgindo como o artigo mais bem avaliado pelos participantes. Em sentido oposto, o Barrete Operacional registou a média mais baixa, destacando-se como a peça menos bem avaliada. O Blusão Policial e a Calça de serviço Operacional apresentaram valores intermédios, embora também marcados por avaliações tendencialmente desfavoráveis em várias dimensões.

Relativamente às dimensões funcionais do USO, foi possível identificar várias fragilidades particularmente relevantes. A resistência ao uso e às lavagens destacou-se como uma das dimensões mais críticas, apresentando avaliações baixas nos diferentes artigos analisados. Esta conclusão é especialmente sensível, uma vez que a durabilidade constitui uma exigência essencial para qualquer vestuário de trabalho, ainda mais quando se fala num contexto policial em que as peças são utilizadas frequentemente, sujeitas a desgaste físico, lavagens sucessivas e exposição a diferentes condições ambientais. Esta fraca perceção de resistência pode não só comprometer a funcionalidade do uniforme, como também a sua apresentação visual e a imagem institucional da PSP.

Quanto aos artigos não exclusivos da PSP disponibilizados na Plataforma Oficial de Compra de Fardamento os resultados demonstram uma reduzida adesão por parte dos participantes. Em todos os artigos analisados, a maioria dos polícias declarou não utilizar os produtos disponibilizados nesta plataforma. Esta tendência foi particularmente expressiva no caso da bota policial, das peúgas pretas e da camisola interior. A camisola interior de gola apresentou uma taxa de utilização superior aos outros artigos, embora continuando a não ser utilizada pela maioria. Estes dados sugerem que a maior parte dos polícias optam por substituir estes artigos por alternativas adquiridas individualmente.

Do ponto de vista científico, esta dissertação contribui para o aprofundamento do estudo do fardamento policial enquanto objeto multidimensional no âmbito das ciências policiais. Ao articular a análise da satisfação geral, conforto, funcionalidade, durabilidade, adequação antropométrica, segurança e dimensão simbólica, o estudo permite compreender o uniforme policial para além da sua função normativa e visual. O USO surge, assim, como um elemento que intervém diretamente na experiência profissional quotidiana dos polícias, na forma como desempenham as suas funções, se movimentam, se sentem representados e percecionam a sua relação com a PSP.

Do ponto de vista institucional, os resultados assumem particular relevância, desde logo pela dimensão da amostra, composta por 1101 polícias utilizadores do USO. Esta dimensão amostral confere consistência empírica às conclusões alcançadas e permite identificar áreas concretas de reflexão para a PSP. Entre estas áreas destacam-se a resistência ao uso e às lavagens, a adequação dos tamanhos e da numeração, a resposta do uniforme às exigências físicas da atividade policial, a avaliação desfavorável do Barrete Operacional e a reduzida utilização dos artigos não exclusivos da PSP.

Neste sentido, os resultados obtidos podem constituir um contributo útil para processos futuros de revisão, aquisição, distribuição ou desenvolvimento de artigos de fardamento. A auscultação dos utilizadores, quando articulada com avaliações técnicas dos materiais e com critérios ergonómicos, pode permitir decisões institucionais mais ajustadas às necessidades reais do serviço policial. O presente estudo demonstra que os polícias não avaliam o uniforme apenas pela sua aparência, mas sobretudo pela forma como este responde às exigências concretas da sua atividade.

6.1 Limitações, Recomendações e Investigações Futuras

Apesar dos contributos alcançados, importa reconhecer algumas limitações da presente investigação. Em primeiro lugar, os dados recolhidos resultam de perceções dos participantes, utilizadores do USO, traduzindo a forma como os mesmos avaliam o uniforme. Deste modo, as dimensões são avaliadas de forma subjetiva pelos polícias, não tendo sido complementadas por ensaios técnicos ou laboratoriais dos materiais, tecidos, costuras, propriedades térmicas ou resistência das peças.

Em segundo lugar, embora a amostra seja expressiva, integrando 1101 polícias utilizadores do USO, a participação decorre de forma voluntária. Neste sentido, não se pode

excluir a possibilidade de terem respondido com maior predisposição os polícias com opiniões mais marcadas sobre o uniforme, quer em sentido favorável, quer desfavorável. Ainda assim, a dimensão da amostra constitui uma força relevante da investigação, permitindo uma leitura empírica consistente sobre a perceção dos utilizadores.

Outra limitação prende-se com a análise dos artigos não exclusivos da PSP. Embora os resultados demonstrem que a maioria dos participantes não utiliza esses artigos, o estudo não permite identificar, de forma direta, os motivos concretos dessa substituição por produtos adquiridos individualmente. Fatores como conforto, durabilidade, qualidade percebida ou adequação ao serviço poderão estar associados a esta opção, mas não foram objeto de análise.

Face aos resultados obtidos, recomenda-se que a Polícia de Segurança Pública considere a realização de processos periódicos de auscultação dos utilizadores do fardamento, especialmente quando estejam em causa artigos de utilização transversal e prolongada, como o USO. A perceção dos polícias, neste sentido, constitui uma fonte relevante de informação, uma vez que contactam diariamente com as exigências práticas do uniforme em diferentes contextos operacionais.

Recomenda-se, igualmente, uma reflexão específica sobre as dimensões mais criticamente avaliadas, nomeadamente a resistência ao uso e às lavagens, a adequação às exigências físicas da atividade policial, a numeração e os tamanhos, bem como o Barrete Operacional. No plano da adequação antropométrica, os resultados sugerem a pertinência de analisar a oferta de tamanhos e modelagem, com especial atenção às diferenças observadas entre sexos e à avaliação mais desfavorável apresentada pelas participantes do sexo feminino.

Relativamente aos artigos não exclusivos da PSP, a reduzida utilização da bota policial, das peúgas pretas e da camisola interior justifica uma análise mais aprofundada. Embora estes artigos possam ser substituídos por produtos adquiridos pelos próprios polícias, a sua fraca utilização na versão disponibilizada na Plataforma Oficial de Compra de Fardamento constitui um dado institucionalmente relevante, que poderá justificar uma avaliação das razões subjacentes a essa substituição.

Para investigações futuras, seria pertinente complementar a abordagem quantitativa com estudos qualitativos, através de entrevistas ou grupos focais com polícias utilizadores do USO. Esta opção permitiria compreender com maior profundidade os motivos da

insatisfação, as experiências concretas de utilização das diferentes peças e as razões que levam os polícias a substituir determinados artigos por alternativas adquiridas individualmente.

Seria igualmente relevante desenvolver estudos técnicos sobre os artigos do USO, incidindo sobre as características dos tecidos, respirabilidade, comportamento térmico, resistência das costuras e desempenho após sucessivas lavagens, por exemplo. A articulação entre a perceção dos utilizadores e a avaliação técnica dos materiais permitiria obter uma compreensão mais completa da adequação funcional do uniforme.

Por fim, futuras investigações poderão aprofundar a adequação ergonómica e antropométrica do USO, analisar individualmente os artigos mais criticamente avaliados e desenvolver estudos longitudinais ou comparativos com outros modelos de fardamento ou outras Forças de Segurança. Em suma, as limitações identificadas não diminuem a relevância dos resultados obtidos, mas permitem enquadrá-los com prudência metodológica e abrir caminho a novas investigações sobre a relação entre fardamento, conforto, funcionalidade, identidade profissional e desempenho policial.

Referências

- Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho. (sem data). *Protective clothing—Reflective clothing*. OSHWIKI. Obtido 10 de abril de 2026, de <https://oshwiki.osha.europa.eu/en/themes/protective-clothing-reflective-clothing>
- Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho. (2022). *Protective footwear – requirements selection and ergonomics*. OSHWIKI. <https://oshwiki.osha.europa.eu/en/themes/protective-footwear-requirements-selection-and-ergonomics>
- Aplicação de medidas destinadas a promover a melhoria da segurança e da saúde dos trabalhadores no trabalho, L 183 Jornal Oficial das Comunidades Europeias (1989). <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:31989L0391>
- Avadanei, M. L., Olaru, S., Dulgheriu, I., Ionesi, S. D., Loghin, E. C., & Ionescu, I. (2022). A New Approach to Dynamic Anthropometry for the Ergonomic Design of a Fashionable Personalised Garment. *Sustainability*, 14(13), 7602. <https://doi.org/10.3390/su14137602>
- Bartels, V. T. (2011). Improving comfort in sports and leisure wear. Em *Improving Comfort in Clothing* (pp. 385–411). Woodhead Publishing. <https://doi.org/10.1533/9780857090645.3.385>
- Bell, D. J. (1982). Police uniforms, attitudes, and citizens. *Journal of Criminal Justice*, 10(1), 45–55. [https://doi.org/10.1016/0047-2352\(82\)90059-9](https://doi.org/10.1016/0047-2352(82)90059-9)
- Bell, J. (2010). *Como realizar um projeto de investigação* (5ª Edição). Gradiva. <https://soclogos.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/09/como-realizar-um-p-de-investigac3a7ao-bell.pdf>

- Bergmann Tiest, W. M., & Kappers, A. M. L. (2009). Tactile perception of thermal diffusivity. *Attention, Perception, & Psychophysics*, 71(3), 481–489. <https://doi.org/10.3758/APP.71.3.481>
- Bishop, D. P. (1996). FABRICS: SENSORY AND MECHANICAL PROPERTIES. *Textile Progress*, 26(3), 1–62. <https://doi.org/10.1080/00405169608688866>
- Bispo, L. G. M. (2021). *Uniforme policial militar: Estudo da adequabilidade, funcionalidade e ergonomia nas Polícias de Minas Gerais, Rio Grande do Norte e Santa Catarina* [Universidade Federal do Rio Grande do Norte]. <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/32432>
- Bourdieu, P. (1991). *Language and symbolic power* (Reprinted). Polity Press.
- Broega, A. C., & Silva, M. E. (2010). O conforto total do vestuário: Design para os cinco sentidos. *Diseño en Palermo*. V Encuentro Latinoamericano de Diseño. https://www.researchgate.net/publication/277069345_O_conforto_total_do_vestuario_design_para_os_cinco_sentidos
- Castelo, J. S. F., & Cabral, J. E. de O. (2018). Consumers in a social network: The perception of clothing quality per gender. *Review of Business Management*, 20(1), 22–36. <https://doi.org/10.7819/rbgn.v20i1.3684>
- Código do Trabalho, Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, n.º 30/2009 Diário da República, 1.ª série (2009). https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1047&tabela=leis
- Conselho Europeu. (1997). *Luxemburgo: Conselho Europeu Extraordinario Sobre O Emprego*. Conselho da União Europeia.
- Constituição da República Portuguesa, n.º 86/1976 Diário da República, 1ª série (1976). https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=4&tabela=leis

- Cooper, T., & Claxton, S. (2022). Garment failure causes and solutions: Slowing the cycles for circular fashion. *Journal of Cleaner Production*, 351. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2022.131394>
- Creswell, K. A., Brisbin, S. D., Toma, D. M., & Reddon, J. R. (1994). Superiority of Clear-Visor Safety Hat to Opaque-Visor Hat: An Evaluation of Upper Visual-Field Obstruction. *Perceptual and Motor Skills*, 79(3), 1535–1538. <https://doi.org/10.2466/pms.1994.79.3f.1535>
- Das, A., & Alagirusamy, R. (2010). *Science in Clothing Comfort*. Woodhead Publishing India. <https://doi.org/10.1533/9780857092830>
- Davis, L. L. (1984). Clothing and Human Behavior: A Review. *Home Economics Research Journal*, 12(3), 325–339. <https://doi.org/10.1177/1077727X8401200308>
- Ding, D., Tang, T., Song, G., & McDonald, A. (2011). Characterizing the performance of a single-layer fabric system through a heat and mass transfer model - Part I: Heat and mass transfer model. *Textile Research Journal*, 81(4), 398–411. <https://doi.org/10.1177/0040517510388547>
- Eicher, J. B., & Roach-Higgins, M. E. (1992). Definition and Classification of Dress: Implications for analysis of gender roles. *Berg Publishers, Inc*, 8–28.
- Entwistle, J. (2015). *The fashioned body: Fashion, dress and modern social theory* (2nd edition). Polity Press.
- Estatuto Disciplinar da Polícia de Segurança Pública, Lei n.º 37/2019, de 30 de maio, n.º 104/2019 Diário da República, 1.ª série (2019). https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=3081&tabela=leis&nversao=
- Estatuto Profissional do Pessoal com Funções Policiais da Polícia de Segurança Pública, Decreto-Lei n.º 243/2015, de 19 de outubro, n.º 204/2015 Diário da República, 1.ª

- série (2015).
https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=2471&tabela=leis&so_miolo=
- Eungpinichpong, W., Buttagat, V., Areeudomwong, P., Pramodhyakul, N., Swangnetr, M., Kaber, D., & Puntumetakul, R. (2013). Effects of restrictive clothing on lumbar range of motion and trunk muscle activity in young adult worker manual material handling. *Applied Ergonomics*, 44(6), 1024–1032.
<https://doi.org/10.1016/j.apergo.2013.04.002>
- Fan, J., & Hunter, L. (Eds.). (2009). *Engineering apparel fabrics and garments*. Woodhead Publishing.
<https://www.sciencedirect.com/book/monograph/9781845691349/engineering-apparel-fabrics-and-garments#book-info>
- Fanger, P. O. (1970). *Thermal Comfort: Analysis and Applications in Environmental Engineering*. Danish Technical Press.
- Field, A. (2018). *Discovering Statistics using IBM SPSS Statistics* (5ª Edição). SAGE.
[https://repo.darmajaya.ac.id/5678/1/Discovering%20Statistics%20Using%20IBM%20SPSS%20Statistics%20\(%20PDFDrive%20\).pdf](https://repo.darmajaya.ac.id/5678/1/Discovering%20Statistics%20Using%20IBM%20SPSS%20Statistics%20(%20PDFDrive%20).pdf)
- Guo, Y., Morris, K. E., Sumner, M., & Taylor, M. (2025). A framework for measuring physical garment durability. *Cleaner and Responsible Consumption*, 16.
<https://doi.org/10.1016/j.clrc.2024.100245>
- Hatch, K. L. (1993). *Textile science* (1.^a ed.). West Publ. Co.
<https://archive.org/details/textilescience0000hatc/page/n7/mode/2up>
- Havenith, G., Holmér, I., & Parsons, K. (2002). Personal factors in thermal comfort assessment: Clothing properties and metabolic heat production. *Energy and Buildings*, 34(6), 581–591. [https://doi.org/10.1016/S0378-7788\(02\)00008-7](https://doi.org/10.1016/S0378-7788(02)00008-7)

- Health and Safety Executive. (2022). *Personal protective equipment at work* (4ª Edição). Crown. <https://books.hse.gov.uk/gempdf/L25.pdf>
- Hester, N., & Hehman, E. (2023). Dress is a Fundamental Component of Person Perception. *Personality and Social Psychology Review*, 27(4), 414–433. <https://doi.org/10.1177/10888683231157961>
- Hill, M. M., & Hill, A. (2008). *Investigação por Questionário* (2ª Edição). Edições Sílabo.
- Hollies, N. R. S., Custer, A. G., Morin, C. J., & Howard, M. E. (1979). A Human Perception Analysis Approach to Clothing Comfort. *Textile Research Journal*, 49(10), 557–564. <https://doi.org/10.1177/004051757904901001>
- Hollies, N. R. S., & Goldman, R. F. (Eds.). (1977). *Clothing comfort: Interaction of thermal, ventilation, construction and assessment factors*. Ann Arbor Science Publishers. <https://www.osti.gov/biblio/6607404>
- Holmér, I., Nilsson, H., Havenith, G., & Parsons, K. (1999). Clothing convective heat exchange-proposal for improved prediction in standards and models. *The Annals of Occupational Hygiene*, 43(5), 329–337. [https://doi.org/10.1016/S0003-4878\(99\)00057-5](https://doi.org/10.1016/S0003-4878(99)00057-5)
- Huh, G. Y. (2023). A Study on Workwear Prototype Development: Based on the Functional, Expressive, Aesthetic (FEA) Model. *Journal of Fashion Business*, 27(6), 37–46. <https://doi.org/10.12940/jfb.2023.27.6.37>
- International Ergonomics Association. (2000). *What Is Ergonomics (HFE)?* <https://iea.cc/about/what-is-ergonomics/>
- International Organization for Standardization. (2013). *ISO 20471:2013* (1.^a ed.) [High visibility clothing — Test methods and requirements]. <https://www.iso.org/standard/42816.html#amendment>

- International Organization for Standardization. (2025). *ISO 7730:2025* (4.^a ed.) [Ergonomics of the thermal environment — Analytical determination and interpretation of thermal comfort using calculation of the PMV and PPD indices and local thermal comfort criteria]. <https://www.iso.org/standard/85803.html>
- Islam, M. R., Golovin, K., & Dolez, P. I. (2023). Clothing Thermophysiological Comfort: A Textile Science Perspective. *Textiles*, 3(4), 353–409. <https://doi.org/10.3390/textiles3040024>
- Jebb, A. T., Ng, V., & Tay, L. (2021). A Review of Key Likert Scale Development Advances: 1995–2019. *Frontiers in Psychology*, 12. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2021.637547>
- Jiyong, H., Yi, L., Xin, D., & Junyan, H. (2011). Neuromechanical representation of fabric-evoked prickliness: A fiber-skin-neuron model. *Cognitive Neurodynamics*, 5(2), 161–170. <https://doi.org/10.1007/s11571-010-9144-7>
- Joseph, N., & Alex, N. (1972). The Uniform: A Sociological Perspective. *American Journal of Sociology*, 77(4), 719–730. <https://doi.org/10.1086/225197>
- Kamalha, E., Zeng, Y., Mwasiagi, J. I., & Kyatuheire, S. (2013). The Comfort Dimension; a Review of Perception in Clothing. *Journal of Sensory Studies*, 28(6), 423–444. <https://doi.org/10.1111/joss.12070>
- Kaplan, S., & Okur, A. (2008). The Meaning and Importance of Clothing Comfort: A Case Study for Turkey. *Journal of Sensory Studies*, 23(5), 688–706. <https://doi.org/10.1111/j.1745-459X.2008.00180.x>
- Katić, K., Li, R., & Zeiler, W. (2016). Thermophysiological models and their applications: A review. *Building and Environment*, 106, 286–300. <https://doi.org/10.1016/j.buildenv.2016.06.031>

- Kawabata, S., & Niwa, M. (1989). Fabric Performance in Clothing and Clothing Manufacture. *The Journal of The Textile Institute*, 80(1), 19–50.
<https://doi.org/10.1080/00405008908659184>
- Kertzner, E. (2024). *Re-Working Modern Workwear: An Exploration of Pockets, Garment Construction and Historical Women's Fashion* [University of Oregon].
<https://hdl.handle.net/1794/29952>
- Kirk, Wm., & Ibrahim, S. M. (1966). Fundamental Relationship of Fabric Extensibility to Anthropometric Requirements and Garment Performance. *Textile Research Journal*, 36(1), 37–47. <https://doi.org/10.1177/004051756603600105>
- Lahrman, H., Madsen, T. K. O., & Olesen, A. V. (2018). Randomized trials and self-reported accidents as a method to study safety-enhancing measures for cyclists—Two case studies. *Accident Analysis & Prevention*, 114, 17–24.
<https://doi.org/10.1016/j.aap.2017.07.019>
- Lamb, J. M., & Kallal, M. J. (1992). A Conceptual Framework for Apparel Design. *Clothing and Textiles Research Journal*, 10(2), 42–47.
<https://doi.org/10.1177/0887302X9201000207>
- Lei Orgânica da Polícia de Segurança Pública, Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto, n.º 168/2007 Diário da República, 1.ª série (2007).
https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1079&tabela=leis
- Lennon, S. J., Johnson, K. K. P., Noh, M., Zheng, Z., Chae, Y., & Kim, Y. (2014). In search of a common thread revisited: What content does fashion communicate? *International Journal of Fashion Design, Technology and Education*, 7(3), 170–178.
<https://doi.org/10.1080/17543266.2014.942892>
- Li, R., Islam, M. R., Xia, Y., Huang, J., Gholamreza, F., Dolez, P. I., Lai, A., Gathercole, R., & Li, R. (2024). Heat and moisture transfer through skin-clothing microclimate.

- International Journal of Heat and Mass Transfer*, 231.
<https://doi.org/10.1016/j.ijheatmasstransfer.2024.125867>
- Li, Y. (2001). The Science of Clothing Comfort. *Textile Progress*, 31(1–2), 1–135.
<https://doi.org/10.1080/00405160108688951>
- Lindqvist, R. (2015). *Kinetic Garment Construction—Remarks on the Foundations of Pattern Cutting* [Tese (doutoramento), University of Borås, Faculty of Textiles, Engineering and Business]. <https://doi.org/10.13140/RG.2.1.3275.2161>
- Makhanya, B. P. (2015). *Body shape characteristics, body cathexis and apparel fit preferences and problems of African and Caucasian women*.
<https://repository.up.ac.za/server/api/core/bitstreams/8a50e15e-ada6-4d7f-aafd-c99a57f238ca/content>
- Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2017). *Fundamentos de metodologia científica* (8ª Edição). Editora Atlas.
https://ia600709.us.archive.org/26/items/Fundamentos_de_metodologia_cientfica_8_ed._-_www.meulivro.biz/Fundamentos_de_metodologia_cientfica_8_ed._-_www.meulivro.biz.pdf
- Marôco, J. (2021). *Análise Estatística com o SPSS Statistics* (8ª Edição). ReportNumber.
- Martins, S. B. (2009). Ergonomia e moda. *dObra[s] – revista da Associação Brasileira de Estudos de Pesquisas em Moda*, 3(7), 83–88.
<https://doi.org/10.26563/dobras.v3i7.264>
- Miralles-Snow, L. (2019). *An Exploration of Origins and Appropriations: How Workwear Has Traveled and Transformed*.
- Motlogelwa, S. (2018). Comfort and durability in high-performance clothing. Em *High-Performance Apparel* (pp. 209–219). Woodhead Publishing Series in Textiles.
<https://doi.org/10.1016/B978-0-08-100904-8.00012-2>

- National Institute for Occupational Safety and Health. (2026, março 4). *Sun Exposure at Work*. Outdoor Workers. <https://www.cdc.gov/niosh/outdoor-workers/about/sun-exposure.html>
- Noh, M., Li, M., Martin, K., & Purpura, J. (2015). College men's fashion: Clothing preference, identity, and avoidance. *Fashion and Textiles*, 2(1), 27. <https://doi.org/10.1186/s40691-015-0052-7>
- Organização Internacional do Trabalho. (2023a). *Global Strategy on Occupational Safety and Health 2024–30 and plan of action for its implementation*. https://www.ilo.org/sites/default/files/wcmsp5/groups/public/%40ed_norm/%40relc onf/documents/meetingdocument/wcms_899157.pdf
- Organização Internacional do Trabalho. (2023b). *Safe and healthy working environments for all—Realizing the fundamental right to a safe and healthy working environment worldwide* [Relatório Introdutório do 23º Congresso Mundial de Segurança e Saúde no Trabalho]. Internation Labour Organization. https://www.ilo.org/sites/default/files/wcmsp5/groups/public/%40ed_protect/%40pr otrav/%40safework/documents/publication/wcms_906187.pdf
- Organização Internacional do Trabalho. (2024, outubro 7). *The Prevention of Work-Related Occupational Diseases* [Nota Informativa]. https://www.ilo.org/sites/default/files/wcmsp5/groups/public/%40ed_dialogue/%40 lab_admin/documents/publication/wcms_908130.pdf
- Parsons, K. (2019). *Human Thermal Comfort* (1ª). CRC Press. <https://doi.org/10.1201/9780429294983>
- Parsons, K., Havenith, G., Holmér, I., Nilsson, H., & Malchaire, J. (1999). The effects of wind and human movement on the heat and vapour transfer properties of clothing.

- The Annals of Occupational Hygiene*, 43(5), 347–352.
[https://doi.org/10.1016/S0003-4878\(99\)00061-7](https://doi.org/10.1016/S0003-4878(99)00061-7)
- Peck, J., & Wiggins, J. (2006). It Just Feels Good: Customers' Affective Response to Touch and Its Influence on Persuasion. *Journal of Marketing*, 70(4), 56–69.
<https://doi.org/10.1509/jmkg.70.4.56>
- Pensé-Lhéritier, A. M., Guilabert, C., Bueno, M. A., Sahnoun, M., & Renner, M. (2006). Sensory evaluation of the touch of a great number of fabrics. *Food Quality and Preference*, 17(6), 482–488. <https://doi.org/10.1016/j.foodqual.2005.06.002>
- Quivy, R., & Van Campenhoudt, L. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (2.^a). Gradiva.
- Radeloff, D. J. (1991). Psychological Types, Color Attributes, and Color Preferences of Clothing, Textiles, and Design Students. *Clothing and Textiles Research Journal*, 9(3), 59–67. <https://doi.org/10.1177/0887302X9100900309>
- Rahman, O. (2011). Understanding consumers' perceptions and behaviour: Implications for denim jeans design. *Journal of Textile and Apparel, Technology and Management*, 7(1), 16.
- Regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho, Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, n.º 176/2009 Diário da República, 1.^a série (2009).
https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1158&tabela=leis
- Regulamento de Uniformes do Pessoal com Funções Policiais da Polícia de Segurança Pública, Portaria n.º 422-A/2021, de 27 de setembro, n.º 188/2021, 1.º suplemento Diário da República, 2.^a série (2021).
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/422-a-2021-171958629>
- Reis, F. L. (2022). *Investigação Científica e Trabalhos Académicos* (2.^a Edição). Edições Sílabo.

- Ribeiro, G. M. (2018). *Novo Manual de Investigação*. Contraponto Editores.
- Roh, H. (2014). Change in Visual Perception and Balance Caused by Different Types of Hat. *Journal of Physical Therapy Science*, 26(2), 199–201. <https://doi.org/10.1589/jpts.26.199>
- Rowe, M., Jones, M., Millie, A., & Ralph, L. (2023). Visible policing: Uniforms and the (re)construction of police occupational identity. *Policing and Society*, 33(2), 222–237. <https://doi.org/10.1080/10439463.2022.2096608>
- Ruckman, J. E. (2005). The application of a layered system to the marketing of outdoor clothing. *Journal of Fashion Marketing and Management: An International Journal*, 9(1), 122–129. <https://doi.org/10.1108/13612020510586442>
- Sargeant, E., & Simpson, R. (2024). In the eye of the powerholder: Examining the relationship between uniform and accoutrement combinations and police self-legitimacy. *Police Practice and Research*, 25(3), 358–375. <https://doi.org/10.1080/15614263.2023.2246620>
- Schuch, M. F., & Schemes, C. (2024). Moda e envelhecimento: Mudanças corporais e conforto no vestuário. *PerCursos*, 25. <https://doi.org/10.5965/19847246252024e0509>
- Silva Martins, E. A. A. (2015). *O estudo da aplicação de acabamentos funcionais de barreira UV em fibras previamente ativadas por plasma* [Tese (doutoramento), Universidade do Minho]. <https://hdl.handle.net/1822/40646>
- Simões, J. F., & Bispo, R. (2006). *Design inclusivo: Acessibilidade e usabilidade em produtos, serviços e ambientes* (2a ed). Centro Português de Design. <https://iconline.ipleiria.pt/bitstream/10400.8/9448/1/Design%20Inclusivo%20Vol1.pdf>

- Simpson, R., & Sargeant, E. (2025). Situational context and public perceptions of officer appearance: A vignette-based study of police uniforms and accouterments. *Criminology & Criminal Justice*, 25(4), 1161–1180.
<https://doi.org/10.1177/17488958231210991>
- Slater, K. (1977). Comfort Properties of Textiles. *Textile Progress*, 9(4), 1–70.
<https://doi.org/10.1080/00405167.1977.10750095>
- Slater, K. (1985). *Human comfort*. C.C. Thomas.
<https://archive.org/details/humancomfort0000slat/page/256/mode/2up>
- Song, G. (Ed.). (2011). *Improving comfort in clothing* (1ª Edição). Woodhead Publishing.
<https://www.sciencedirect.com/book/edited-volume/9781845695392/improving-comfort-in-clothing>
- Tang, W., Zhang, S., Yu, C., Zhu, H., Chen, S., & Peng, Y. (2023). Tactile perception of textile fabrics based on friction and brain activation. *Friction*, 11(7), 1320–1333.
<https://doi.org/10.1007/s40544-022-0679-5>
- Teixeira, T. R. F., Martins, E. A. A. S., & Silva, G. D. A. (2021). Análise das qualidades técnicas e emocionais do uniforme para ambientes externos: O caso dos cicloentregadores do Recife - PE. *Blucher Design Proceedings*, 101–109.
<https://doi.org/10.5151/isspppgdesign-10>
- Tenório, C. A. B. M. (2013). *Uniformes corporativos: O efeito do endomarketing e do exomarketing para empresas* [Trabalho de conclusão de curso (Curso de Tecnologia em Produção Têxtil), Faculdade de Tecnologia de Americana].
<https://ric.cps.sp.gov.br/handle/123456789/1215>
- Van der Laan, A. (2016). *The influence of workwear in brand building and work identity* [Laurea University of Applied Sciences].

<https://www.theseus.fi/bitstream/handle/10024/106132/Opinnaytetyo%20Anna%20van%20der%20Laan.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

- Vasan, S., Pujar, S. R., & Srinivasan, G. (2019). The Shape and Size for Designing the Unisex Clothing, A Study. *International Journal of Human Resource Management and Research*, 9(1), 125–140. <https://doi.org/10.24247/ijhrmrfeb201913>
- Venkatraman, P. (Ed.). (2015). Fabric Properties and Their Characteristics. Em *Materials and technology for sportswear and performance apparel*. CRC Press. <https://doi.org/10.1201/b19359>
- Vilelas, J. (2022). *Investigação—O Processo de Construção de Conhecimento* (3.^a Edição). Edições Sílabo.
- Westby, B., Stone, R., Fales, C., & Bonner, D. (2023). Law Enforcement Uniforms and Public Perception: An Overview and Pilot Study. *Proceedings of the Human Factors and Ergonomics Society Annual Meeting*, 67(1), 2305–2309. <https://doi.org/10.1177/21695067231192273>
- Wilfling, J., Havenith, G., Raccuglia, M., & Hodder, S. (2022). Consumer expectations and perception of clothing comfort in sports and exercise garments. *Research Journal of Textile and Apparel*, 26(4), 293–309. <https://doi.org/10.1108/RJTA-01-2021-0015>
- Wood, J. M., Tyrrell, R. A., Marszalek, R., Lacherez, P., Carberry, T., & Chu, B. S. (2012). Using reflective clothing to enhance the conspicuity of bicyclists at night. *Accident Analysis & Prevention*, 45, 726–730. <https://doi.org/10.1016/j.aap.2011.09.038>

Anexos

Anexo I – Solicitação de aplicação de questionário




MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA
POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS
E SEGURANÇA INTERNA

Exmo. Sr. Diretor Nacional Adjunto, para a UORH,
MI Superintendente-Chefe Ismael Pereira Gaspar Jorge

Assunto: Solicitação de aplicação de questionário

Eu, Tomás Matos Lopes, Aspirante a Oficial de Polícia finalista do Curso de Mestrado em Segurança Pública, no âmbito da realização da Dissertação de Mestrado intitulada "Avaliação do Grau de Satisfação dos Polícias Relativamente ao Uniforme de Serviço Operacional", sob orientação do Sr. Professor Doutor Miguel Ângelo Fernandes Carvalho, venho muito respetosamente solicitar a V.ª Ex.ª autorização para a aplicação de um inquérito por questionário aos polícias da Polícia de Segurança Pública que utilizem o Uniforme de Serviço Operacional.

O referido questionário, de carácter voluntário, anónimo e confidencial, tem como objetivo a recolha de dados quantitativos relevantes para a componente empírica do estudo, permitindo analisar a perceção dos polícias relativamente à dimensão funcional do uniforme de serviço operacional, considerando aspetos como conforto, mobilidade, resistência, adequação ao serviço e proteção.

Os dados recolhidos serão exclusivamente utilizados para fins académicos no âmbito da elaboração e discussão da dissertação, garantindo-se o cumprimento das normas éticas inerentes à investigação científica, bem como o total anonimato dos participantes.

Pede deferimento.

Lisboa, 25 de fevereiro de 2025



Assinado por: Tomás Matos
Lopes
Identificação: 8141581748
Data: 2025-02-25 às 15:31:39

Aspirante a Oficial de Polícia M/159155
Tomás Matos Lopes

Anexo II – Balanço Social da PSP 2025

DN/EE/UP	Superintendente-Chefe	Superintendente	Intendente	Subintendente	Comissário	Subcomissário	Oficial	Chefe Coordenador	Chefe Principal	Chefe	Chefe	Agente Coordenador	Agente Principal	Agente	Agente	Total	Cadetes Não Policiais				Aspirantes Oficiais de Policia	Alunos EPP	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Médico	Docente	Informático
																	1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano								
TOTAL	13	47	57	163	291	146	717	557	715	663	1935	870	12437	3702	17009	19661	24	21	19	24	22	585	263	236	76	3	9	32
DN	8	19	19	41	45	6	138	47	89	87	223	58	480	81	619	980							156	31	6	1	0	15
ISCP SI	1	3	2	6	5	0	17	7	4	3	14	17	56	25	98	129	24	21	19	24	22		11	1	1	0	9	2
EPP	1	0	1	3	7	1	13	13	5	5	23	15	98	3	116	152						585	4	9	4	0	0	2
CD AVEIRO	0	1	0	4	6	3	14	17	14	13	44	26	385	0	411	469							7	8	1	0	0	0
CD BEJA	0	1	1	2	3	1	8	14	4	1	19	12	141	25	178	205							3	17	1	0	0	0
CD BRAGA	0	1	2	4	11	3	21	16	18	16	50	22	443	5	470	541							5	8	2	0	0	0
CD BRAGANÇA	0	1	1	2	3	1	8	6	7	5	18	31	122	1	154	180							2	10	2	0	0	1
CD C. BRANCO	0	1	1	2	5	1	10	7	8	10	25	40	143	2	185	220							2	3	2	0	0	1
CD COIMBRA	0	1	2	2	7	1	13	16	14	10	40	40	305	0	345	398							10	11	2	0	0	0
CD ÉVORA	0	1	0	3	2	2	8	5	7	3	15	10	160	0	170	193							1	5	1	0	0	0
CD FARO	0	1	2	4	13	6	26	32	27	9	68	20	632	78	730	824							3	9	1	0	0	2
CD GUARDA	0	1	1	2	4	1	9	8	4	4	16	16	118	1	135	160							2	7	0	0	0	1
CD LEIRIA	0	1	1	4	9	4	19	14	21	12	47	38	349	2	389	455							11	13	3	0	0	0
CM LISBOA	1	2	5	22	47	51	128	99	198	253	550	189	2870	2952	6011	6689							4	8	19	0	0	0
CD PORTALEGRE	0	1	1	3	2	2	9	4	7	8	19	9	144	4	157	185							1	8	0	0	0	1
CM PORTO	0	4	8	24	44	22	102	99	107	91	297	85	2592	30	2707	3106							9	23	10	1	0	3
CD SANTARÉM	0	1	1	3	8	7	20	20	15	3	38	21	327	2	350	408							9	13	2	0	0	1
CD SETÚBAL	0	1	2	4	10	11	28	21	47	23	91	44	810	131	985	1104							9	12	2	1	0	1
CD V. CASTELO	0	1	1	1	2	2	7	10	7	3	20	18	141	0	159	186							2	3	0	0	0	0
CD VILA REAL	0	1	0	3	2	3	9	6	6	7	19	32	125	1	158	186							4	10	3	0	0	0
CD VISEU	0	1	1	2	6	0	10	12	6	4	22	28	170	2	200	232							3	12	3	0	0	2
CR MADEIRA	0	1	2	5	13	6	27	23	16	25	64	18	566	56	640	731							2	3	5	0	0	0
CR AÇORES	1	0	1	5	13	5	25	25	43	20	88	22	659	163	844	957							0	10	6	0	0	0
UEP	1	2	2	12	24	7	48	36	41	48	125	59	601	138	798	971							3	2	0	0	0	0

Nota: Os Cadetes/Aspirantes a Oficiais de Policia em formação no ISCP SI encontram-se contabilizados na carreira de origem e o Capelão encontra-se contabilizado nos Técnicos Superiores da DN.

Fonte: Polícia de Segurança Pública (2025). Balanço Social da PSP 2025.

<https://www.psp.pt/Documents/Instrumentos%20de%20Gest%C3%A3o/Balan%C3%A7o%20Social/Balan%C3%A7o%20Social%20da%20PSP%202025.pdf>

Anexo III – Efetivo da PSP, por carreira, segundo o género

Carreira	Género				Total
	M	%	F	%	
Técnico superior	95	36,12	168	63,88	263
Assistente técnico	31	13,14	205	86,86	236
Assistente operacional	7	9,21	69	90,79	76
Informático	22	68,75	10	31,25	32
Docente ensino universitário	7	77,78	2	22,22	9
Carreira médica	2	66,67	1	33,33	3
Polícias da carreira de oficial	692	83,68	135	16,32	827
Polícias da carreira de chefe	1805	93,28	130	6,72	1935
Polícias da carreira de agente	15999	90,93	1595	9,07	17594
Total	18660	88,96	2315	11,04	20975

Fonte: Polícia de Segurança Pública (2025). Balanço Social da PSP 2025.
<https://www.psp.pt/Documents/Instrumentos%20de%20Gest%C3%A3o/Balan%C3%A7o%20Social/Balan%C3%A7o%20Social%20da%20PSP%202025.pdf>

Apêndices

Apêndice 1 – Inquérito por questionário (*Google Forms*)

28/04/26, 22:29

Avaliação da Dimensão Funcional do Uniforme de Serviço Operacional – PSP

Avaliação da Dimensão Funcional do Uniforme de Serviço Operacional – PSP

Caros(as) camaradas,

O Uniforme de Serviço Operacional acompanha-nos diariamente. Está presente na atividade operacional, no apoio à atividade operacional, em momentos de grande exigência física e nas vertentes mais desafiantes da missão de um polícia. É parte da nossa identidade, da nossa imagem e da forma como desempenhamos a função policial.

No âmbito da Dissertação de Mestrado do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, intitulada "Avaliação do Grau de Satisfação dos Polícias Relativamente ao Uniforme de Serviço Operacional", sob orientação do Professor Doutor Miguel Ângelo Fernandes Carvalho, desenvolvo um estudo que pretende dar voz à experiência real de quem utiliza este uniforme no terreno. O objetivo é simples, mas importante: **compreender, a partir da vossa vivência concreta, se o uniforme responde adequadamente às exigências da missão policial.**

Este trabalho só faz sentido com a participação dos próprios polícias. **A vossa opinião é fundamental** para que a análise seja fiel à realidade e possa contribuir, eventualmente, no futuro, para uma reflexão sustentada sobre eventuais melhorias.

A participação é totalmente voluntária, anónima e confidencial. Os dados recolhidos a partir das respostas a este questionário serão apenas utilizados para os fins académicos da discussão de resultados da presente Dissertação de Mestrado.

O questionário demora apenas cerca de 5 a 7 minutos.

Cada resposta conta. Cada experiência importa.

Conto convosco,

Aspirante a Oficial de Polícia Tomás Matos Lopes M/159155

* Indica uma pergunta obrigatória

1. **Declaro que li a informação acima, compreendo os objetivos do estudo e consinto, de forma livre e esclarecida, em participar no presente questionário.** *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim, consinto.

☐ Não consinto. *Avançar para a secção 6 (Fim do Questionário)*

Utilização do Uniforme de Serviço Operacional**2. Utiliza, atualmente, o Uniforme de Serviço Operacional? ***

Independentemente da frequência de utilização

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não *Avançar para a secção 6 (Fim do Questionário)*

Caracterização Sociodemográfica**3. Sexo ***

Marcar apenas uma oval.

☐ Masculino

☐ Feminino

4. Idade *

Marcar apenas uma oval.

☐ 18-29 anos

☐ 30-39 anos

☐ 40-49 anos

☐ 50 ou mais

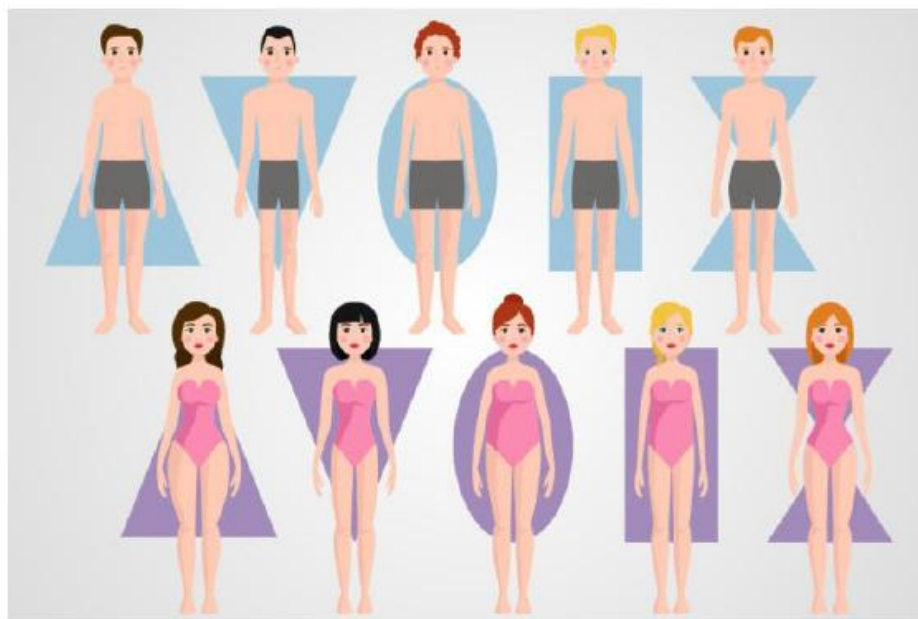
5. Altura (aproximada, em cm) *

Exemplo de resposta: 175

6. Massa Corporal (aproximada, em Kg) *

Exemplo de resposta: 75

7. Defina a forma corporal que mais se aproxime à sua *



Marcar apenas uma oval.

- ☐ Triângulo
- ☐ Triângulo invertido
- ☐ Oval
- ☐ Retângulo
- ☐ Ampulheta

8. Tempo de Serviço *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Até 5 anos
- ☐ 6-10 anos
- ☐ 11-20 anos
- ☐ Mais de 20 anos

9. Funções desempenhadas *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Atividade Operacional
- ☐ Apoio à Atividade Operacional

10. Durante o serviço estou maioritariamente *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sentado
- ☐ Em pé
- ☐ Alternadamente, sentado e em pé

Avaliação Específica das Peças do USO

11. O Blusão Policial *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
proporciona conforto, em geral, durante o serviço	☐	☐	☐	☐	☐
permite liberdade de movimentos	☐	☐	☐	☐	☐
apresenta resistência adequada ao uso e às lavagens	☐	☐	☐	☐	☐
apresenta um ajuste adequado ao corpo	☐	☐	☐	☐	☐
não compromete a segurança durante o exercício das funções	☐	☐	☐	☐	☐

12. O Pólo de Manga Comprida *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
proporciona conforto, em geral, durante o serviço	☐	☐	☐	☐	☐
permite liberdade de movimentos	☐	☐	☐	☐	☐
apresenta resistência adequada ao uso e às lavagens	☐	☐	☐	☐	☐
apresenta um ajuste adequado ao corpo	☐	☐	☐	☐	☐
não compromete a segurança durante o exercício das funções	☐	☐	☐	☐	☐

13. O Pólo de Manga Curta *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
proporciona conforto, em geral, durante o serviço	☐	☐	☐	☐	☐
permite liberdade de movimentos	☐	☐	☐	☐	☐
apresenta resistência adequada ao uso e às lavagens	☐	☐	☐	☐	☐
apresenta um ajuste adequado ao corpo	☐	☐	☐	☐	☐
não compromete a segurança durante o exercício das funções	☐	☐	☐	☐	☐

14. A Calça de Serviço Operacional *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
proporciona conforto, em geral, durante o serviço	☐	☐	☐	☐	☐
permite liberdade de movimentos	☐	☐	☐	☐	☐
apresenta resistência adequada ao uso e às lavagens	☐	☐	☐	☐	☐
apresenta um ajuste adequado ao corpo	☐	☐	☐	☐	☐
não compromete a segurança durante o exercício das funções	☐	☐	☐	☐	☐

15. O Barrete Operacional *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
proporciona conforto, em geral, durante o serviço	☐	☐	☐	☐	☐
permite liberdade de movimentos	☐	☐	☐	☐	☐
apresenta resistência adequada ao uso e às lavagens	☐	☐	☐	☐	☐
apresenta um ajuste adequado ao corpo	☐	☐	☐	☐	☐
não compromete a segurança durante o exercício das funções	☐	☐	☐	☐	☐

16. Utilizo a Bota Policial da Plataforma de Fardamento da PSP *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

17. Utilizo a Peúga Preta da Plataforma de Fardamento da PSP *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

18. Utilizo a Camisola Interior da Plataforma de Fardamento da PSP *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

19. Utilizo a Camisola Interior de Gola da Plataforma de Fardamento da PSP *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

Avaliação Geral do Uniforme de Serviço Operacional

20. O Uniforme de Serviço Operacional... *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Discordo Totalmente	Discordo	Não concordo, nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente
(USO 1) é adequado às condições climáticas de inverno	☐	☐	☐	☐	☐
(USO 2) é adequado às condições climáticas de meia estação	☐	☐	☐	☐	☐
(USO 3) é adequado às condições climáticas de verão	☐	☐	☐	☐	☐
apresenta uma numeração correspondente às peças que habitualmente uso no dia a dia	☐	☐	☐	☐	☐
apresenta um tamanho adequado à forma e medidas do meu corpo	☐	☐	☐	☐	☐
é adequado às exigências físicas da atividade policial	☐	☐	☐	☐	☐

. focando na

28/04/20, 22:29

Avaliação da Dimensão Funcional do Uniforme de Serviço Operacional – PSP

focar na
aparência
visual, reforça a
minha
confiança e
sentimento de
pertencença à
PSP

☐☐☐☐☐

21. Globalmente, estou satisfeito(a) com o Uniforme de Serviço Operacional *

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

Disc ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Concordo totalmente

Fim do Questionário

Muito Obrigado pela sua participação!

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google.

Google Formulários

Nota: Erro na impressão de documento. Questão elegível deve ler-se “, **focando na sua aparência visual, reforça a minha confiança e sentimento de pertença à PSP**”